



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE PORTO NACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ALISSON ALMEIDA DOS SANTOS

**OS ÍNDIOS KRAHÔ E A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NO
NORDESTE DO ESTADO DO TOCANTINS**

PORTO NACIONAL - TO
2019

ALISSON ALMEIDA DOS SANTOS

**OS ÍNDIOS KRAHÔ E A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NO NORDESTE DO
ESTADO DO TOCANTINS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins - *campus* Porto Nacional, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Linha de Pesquisa: Dinâmica Geo-territorial

Orientador: Prof. Dr. Roberto de Souza Santos

PORTO NACIONAL – TO
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S237 ♦ Santos, Alisson Almeida dos .
OS ÍNDIOS KRAHÔ E A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NO
NORDESTE DO ESTADO DO TOCANTINS. / Alisson Almeida dos
Santos. – Porto Nacional, TO, 2019.
92 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do
Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Pós-
Graduação (Mestrado) em Geografia, 2019.

Orientador: Roberto de Souza Santos

1. Território . 2. Povo Krahô. 3. Expansão do Agronegócio. 4.
Tocantins . I. Título

CDD 910

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que
citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da
UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE PORTO NACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ALISSON ALMEIDA DOS SANTOS

**OS ÍNDIOS KRAHÔ E A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NO NORDESTE
DO ESTADO DO TOCANTINS**

COMISSÃO EXAMINADORA

Aprovado em: 07 de março de 2019

Orientador: Prof. Dr. Roberto de Souza Santos

Universidade Federal do Tocantins - UFT

Examinador: Prof. Dr. Elizeu Ribeiro Lira

Universidade Federal do Tocantins - UFT

Examinadora: Prof.^a Dr.^a Gleys lally Ramos dos Santos

Universidade Federal do Tocantins - UFT

PORTO NACIONAL - TO
2019

À minha mãe e a minha avó, mulheres guerreiras que me inspiram e motivam ser alguém melhor para o mundo.

Aos povos indígenas do Brasil, em especial os povos indígenas do Tocantins.

Ao povo Krahô.

AGRADECIMENTOS

À minha família, que não é a “família tradicional” brasileira, mas que é constituída pelo amor, em especial a minha mãe, Maria Sônia, minhas irmãs, Alanna e Alice, e minha avó, Antônia Rodrigues dos Santos (Vó Tunica), por serem o motivo pelo qual eu busco ser melhor para as pessoas e para o mundo.

À Universidade Federal do Tocantins – UFT pela oferta do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituição que durante a graduação e o mestrado foi minha segunda casa: ambiente lúdico, agradável e propício à construção do conhecimento e à diversidade.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela bolsa de pesquisa a mim concedida, a qual muito contribuiu com minha permanência, dedicação e produtividade durante o mestrado.

Ao povo Krahô, em especial aos Mehi da Aldeia Manoel Alves Pequeno, pela excelente receptividade com que nos recebeu durante os trabalhos de campo.

Ao meu orientador, professor Dr. Roberto de Souza Santos, um exemplo a ser seguido de pessoa e professor, a quem tenho uma estimada admiração, pelas contribuições dadas ao longo da pesquisa e construção do trabalho dissertativo. Agradeço igualmente pela amizade e convivência acadêmica.

Ao professor Dr. Elizeu Ribeiro Lira, coordenador no NURBA, pelas contribuições teóricas dadas ao trabalho desde o exame para avaliar o projeto de pesquisa e por ter aceito o convite para fazer parte banca de avaliação da dissertação. Agradeço igualmente pela amizade e convivência acadêmica.

À professora Dr^a Gleys lally Ramos dos Santos, mulher arrojada, negra e feminista, pelas contribuições desde o exame de qualificação e por ter aceito o convite para compor a banca de avaliação da dissertação. Agradeço igualmente pela amizade e convivência acadêmica.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e aos professores e às professoras que compõem seu colegiado, pela convivência acadêmica e por terem me proporcionado uma formação de qualidade.

À professora Dr^a Mariléia de Oliveira Bispo e à Poliana Damacena, respectivamente, coordenadora e secretária do Programa de Pós-Graduação em Geografia, pela amizade, convivência e atenção.

Aos meus amigos moradores e agregados da “Kitnet da Agrária”, em especial a Delismar, Claudiney e Glibson, pela amizade, e pricipamnete pela convivência maravilhosa e pelos momentos lúdicos regados a debates teóricos propositivos e proveitosos.

Ao Campus Universitário de Porto Nacional e a todas as pessoas com quais tive o prazer de conviver durante o período do Mestrado, professores e professoras, técnicos e alunos da graduação e da pós-graduação.

Aos meus colegas da turma de Mestrado (2017), em especial a Jonathan, Marcelo, Wagner, Watila, Aline, Wender, Luziane, Abraão, Miranda, Artemiza e Witer, pela excelente convivência e pelos bons momentos compartilhados.

Aos companheiros e companheiras do Núcleo de Estudos Urbanos, Regionais e Agrários, em especial a Suzanne e Isabel, pela convivência acadêmica.

A Deus do padre Josimo, da Irmã Dorothy e dos Bispos Dom Pedro Casaldáliga e Dom Celso. O Deus que ampara os movimentos sociais, os camponeses e os povos indígenas.

A todas as pessoas que de uma maneira ou de outra contribuíram para que eu chegasse até aqui.

Alisson Almeida dos Santos
Porto Nacional – TO, março de 2019.

A constituição do território capitalista no Brasil foi, portanto, produto da conquista e destruição do território indígena. Espaço e tempo do universo cultural indígena foram sendo moldados ao espaço e tempo do capital. [...]

Ariovaldo Umbelino de Oliveira

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Frentes agrícola e pastoril no início do século XIX	44
Figura 2: Deslocamento dos Krahô na primeira metade do século XIX	57
Foto 1: Casa de lona e palha	68
Foto 2: Casas de barro e palha	69
Foto 3: Casas de barro e palha	69
Foto 4: Casas de barro e palha	70
Foto 5: Eucalipto em Goiatins	73
Foto 6: Eucalipto em Goiatins	73
Foto 7: Plantio de soja em Goiatins	74
Foto 8: Soja plantada em Campos Lindos	74
Mapa 1: Localização do Território Krahô	41
Mapa 2: Localização – Municípios produtores de soja que circundam o Território Krahô	80
Quadro 1: Esquema - o processo de territorialização	33
Quadro 2: Áreas legalmente atribuídas	63
Quadro 3: % de municípios do MATOPIBA e a área territorial ocupada por cada estado na região	63
Quadro 4: Evolução da população do povo Krahô (1813 – 2016)	82

LISTA DE SIGLAS

CIMI	Concelho Indigenista Missionário
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
MATOPIBA	Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
UFT	Universidade Federal do Tocantins
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
DSEI – TO	Distrito Sanitário Especial Indígena – Tocantins
PDA	Plano de Desenvolvimento Agropecuário
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados
MMA	Ministério do Meio Ambiente
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender os conflitos e disputas territoriais no nordeste do estado do Tocantins a partir da expansão do agronegócio sobre o Reserva Indígena Kraholândia. A pesquisa se caracteriza pelo cunho exploratório-descritivo e qualitativo, e que consiste pelo contato real com a realidade em estudo. Quanto à obtenção dos dados e informações pertinentes, foram utilizados dois procedimentos básicos: a pesquisa bibliográfica e documental e os contatos diretos/trabalhos de campo. O povo Krahô vive na Terra Indígena Kraolândia, localizada a nordeste do Estado do Tocantins, entre os municípios de Goiatins e Itacajá e os rios Manoel Alves Grande e Manoel Alves Pequeno, afluentes da margem direita do Rio Tocantins. A produção do espaço no campo brasileiro é marcada por contradições e conflitos de várias ordens. O projeto desenvolvimentista neoliberal imposto pelo modo de produção capitalista tem o agronegócio como carro-chefe. E a territorialização do capitalismo no campo brasileiro está diretamente ligada à invasão e expropriação dos territórios indígenas. O cerrado tocantinense e os povos que nele habitam, como os camponeses, quilombolas e indígenas, têm sofrido sistematicamente com a expansão da fronteira do agronegócio. Nesse contexto, o povo Krahô tem sido impactado pelo avanço da produção de soja na região onde vivem, inclusive do ponto de vista de sua alimentação, com a ausência da caça e pesca. É perceptível que há confinamento e cercamento da Reserva Indígena Krahô pelo agronegócio.

Palavras-chave: Povo Krahô; Território; Tocantins; Expansão do Agronegócio

ABSTRACT

The present work has as general objective to understand the conflicts and territorial disputes in the northeast of the state of Tocantins, from the agribusiness expansion on the Krahôlândia Indigenous Reserve. The research is characterized by the exploratory-descriptive and qualitative character, which consists of the real contact with the reality under study. In order to obtain the pertinent data and information, two basic procedures were used: the bibliographical and documentary research and the direct contacts / field works. The Krahô people live in the Krahôlândia Indigenous Land, which is located northeast of the State of Tocantins, between the municipalities of Goiatins and Itacajá and the rivers Manoel Alves Grande and Manoel Alves Pequeno, tributaries of the right bank of the Tocantins river. The production of space in the Brazilian countryside is marked by contradictions and conflicts of several orders. The neo-liberal developmental project imposed by the capitalist mode of production has agribusiness as its flagship. And the territorialization of capitalism in the Brazilian countryside is directly linked to the invasion and expropriation of the indigenous territories. The cerrado of Tocantins and the peoples inhabiting it, such as peasants, quilombolas and natives, have suffered systematically with the expansion of the agribusiness frontier. In this context, the Krahô people have been impacted by the advance of soy production in the region where they live, including from the point of view of their food, with the absence of hunting and fishing. It is noticeable that there is confinement and enclosure of the Krahô Indigenous Reserve by agribusiness.

Keywords: Krahô people; Territory; Tocantins; Expansion of Agribusiness

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. CAPÍTULO I – TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE: CONTRIBUIÇÕES PARA A GEOGRAFIA AGRÁRIA	18
2.1 – A questão do território na ciência geográfica.....	19
2.2 – Territorialidade: poder, trabalho e uso do território.....	28
2.3 – Do território para o capitalismo ao território para os povos indígenas: (re) pensando a geografia e questão agrária.....	34
3. CAPÍTULO II – OS ÍNDIOS KRAHÔ: O RETIRANTISMO DO SUL DO MARANHÃO AO NORDESTE DO TOCANTINS	40
3.1 – O povo indígena Krahô	40
3.2 – A frente de expansão agrícola	45
3.3 – A frente de expansão pastoril.....	48
3.4 – A relação das duas frentes.....	51
3.5 – A aliança dos krahô com os criadores de gado.....	53
3.6 – O massacre de 1940 e o processo de demarcação da Kraolândia.....	58
4. CAPÍTULO III – A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NO NORDESTE DO ESTADO DO TOCANTINS E OS ÍNDIOS KRAHÔ	60
4.1 – A expansão do agronegócio no cerrado e no estado do Tocantins.....	60
4.2 – A modernização da agricultura no nordeste do Tocantins	65
4.3 – A fronteira do agronegócio e a <i>degradação do outro</i>	70
4.4 – A relação dos índios Krahô com o seu território.....	75
4.5 – O território <i>cercado e confinado</i> pelo agronegócio.....	78
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	87

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a produção do espaço agrário foi e é marcada por contradições e conflitualidades de várias ordens, que há mais de 500 anos, tem se constituído a partir da expropriação e violência contra os povos indígenas.

Atualmente, em contraposição ao projeto desenvolvimentista neoliberal vigente, que no campo tem o agronegócio como carro-chefe, as sociedades tradicionais vêm bravamente resistindo para reafirmarem seus territórios, e muitas vezes lutando para conquistá-los. Inseridos nesse contexto, estão os povos indígenas e as lutas pelo direito à demarcação e livre gozo dos seus Territórios – uma vez que é o que garante a sua reprodução biológica e cultural.

Os conflitos, sujeições e resistências foram diferentes em cada ciclo econômico pelos quais o país passou. Hoje, esses conflitos ocorrem principalmente a partir da invasão dos territórios indígenas pelo latifúndio e pelo agronegócio, este último sendo pilar da monopolização do território na agricultura, como bem fala Oliveira (2016). O território capitalista foi e vem sendo constituído pela violência e expulsão dos povos indígenas dos seus territórios.

Nesse contexto, desde o século XIX o sul do Maranhão e o Nordeste do Estado do Tocantins têm sido palco de tensões entre os índios Krahô e a sociedade não-indígena. Dentro dessa trama conflituosa, o que sempre esteve em disputa foi o território e, ainda na primeira metade do século XIX, por causa expansão das frentes pastoril e agrícola, esses indígenas tiveram que se deslocar, no que Lira (2005) chama de retiratismo Krahô, do estado do Maranhão para o Tocantins, na região de Pedro Afonso (TO) e, mais tarde, mais ao nordeste do estado, entre os municípios de Goiatins e Itacajá.

Atualmente, nota-se que o povo Krahô tem sido impactado pelo avanço da produção de soja na região onde vivem, inclusive do ponto de vista de sua alimentação e saúde, com a ausência da caça e contaminação dos rios a partir da utilização de agrotóxicos.

Há uma espécie de “cercamento” e “confinamento” do Território Indígena pelo agronegócio, que tem avançado cada vez mais. Como consequência, os

povos do cerrado tocantinense, bem como os povos indígenas que nele habitam estão ameaçados pela expansão da fronteira do agronegócio que, nas últimas décadas, avançou de maneira abrupta via a implantação de políticas públicas destinadas a esse setor.

Essa fronteira do agronegócio é particularizada pela alteridade, conflito e violência. É justamente baseando-nos no entendimento de que a *teoria da fronteira*, de Martins (2015), é *basicamente um desdobramento da teoria da expansão territorial do capital*, a qual usamos para tentar entender e explicar a realidade em que se encontra o nordeste do estado do Tocantins, o avanço das plantações de soja, e eucalipto em pequena proporção, sobre o território Krahô.

É importante dizer que a motivação para a realização desta pesquisa parte, por um lado, da necessidade de se aprofundar os conhecimentos sobre os povos indígenas do estado do Tocantins, especialmente sobre a situação em que se encontram os índios Krahô, em conflito com o agronegócio, fazendo com que esse estudo possa vir a se somar a outros existentes. Por outro, pelo instigante desafio acadêmico que é buscar compreender a produção contraditória do espaço no campo brasileiro, em especial do nordeste do Tocantins.

A escolha da temática indígena como componente de estudo decorre das experiências acadêmicas tidas desde 2014 junto ao povo Krahô. Assim, o propósito foi dar continuidade a uma pesquisa que já estava sendo desenvolvida e que resultou em inúmeros trabalhos acadêmicos, tais como artigos científicos, capítulos de livro, bem como no Trabalho de Conclusão da Graduação e na Dissertação de Mestrado.

Com a pesquisa, outro propósito é poder revelar as invasões aos territórios das populações indígenas do Brasil, dando ênfase à expansão do agronegócio no nordeste do estado do Tocantins e os conflitos territoriais decorrentes a partir disso.

A pesquisa aqui pretendida se caracterizou por ter um caráter exploratório-descritivo e qualitativo, de observação participante, que consistirá no contato real com a realidade do povo Krahô. Quanto à obtenção dos dados e

informações pertinentes, *a priori*, foram utilizados dois procedimentos básicos: a pesquisa bibliográfica e documental e os contatos diretos/trabalhos de campo.

A pesquisa documental e bibliográfica se fez a partir de um apanhado geral sobre os principais estudos já realizados, revestidos de cientificidade e confiabilidade, os quais foram capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema.

Em vista disso, vale elencar alguns dos principais autores consultados, especificamente Furtado (2007); Haesbaert (2002; 2014; 2016); Harvey (1989; 2014); Lira (2004; 2005; 2012; 2014; 2018); Martins (1988; 2016); Melatti (1978; 1986; 2009); Oliveira (1987; 2014; 2016a; 2016b); Prado Jr (1998); Raffestin (1993; 2009); Ribeiro (2015; 2017); Santos (1998; 2000; 2002; 2014; 2016;); Souza Santos (2003; 2017; 2017; 2019) Simonsen (1978); Souza (2009; 2014) e Velho (2009).

Tais fontes bibliográficas, que serviram como base teórica na ótica do tema em estudo, emanaram de periódicos, livros, teses, dissertações, publicações avulsas, endereços eletrônicos etc, que foram as fontes secundárias.

Os contatos diretos, ou seja, os trabalhos de campo, deram as informações empíricas essenciais à pesquisa – as fontes primárias, por meio de observações, entrevistas e conversas *in locu* que, nesse caso, foi no Território Indígena Krahô e nas cidades que o circunda. As entrevistas não seguiram um roteiro previamente estabelecido.

Para fins de registros audiovisuais e fotográficos, quando pertinentes, os recursos tecnológicos foram utilizados durante as entrevistas e conversas com os indígenas. Além disso, fizemos o uso de softwares para a construção de mapas. Tais procedimentos, a pesquisa documental e bibliográfica, reflexões teóricas e trabalhos de campo, nos deram as respostas em consonância com os objetivos da pesquisa.

O presente texto dissertativo está estruturado em **3 Capítulos**. No **Capítulo I**, iniciamos a discussão, em termos teóricos, sobre a questão do território e territorialidade dentro da ciência geográfica e como eles contribuem e

são balizares aos estudos em geografia agrária, e sobretudo sobre a questão agrária e os povos indígenas do Brasil e do estado do Tocantins.

No **Capítulo II**, procuramos apresentar alguns aspectos sociais e culturais do povo indígena Krahô, como localização da sua Reserva Indígena, população e economia. Além disso, nele é discutido o contato dos Krahô com as frentes agrícola e pastoril no século XIX, e o processos pelos quais os levaram a um retirantismo do sul do Maranhão ao nordeste do Tocantins.

Por último, o **Capítulo III** é resultado das constatações feitas a partir do levantamento de dados e dos trabalhos de campo. Nele apresentamos uma discussão sobre a atual situação dos índios Krahô diante da expansão do agronegócio no nordeste do estado do Tocantins, observando a situação de fronteira em que se encontram.

Nele, abordamos; a expansão do agronegócio no cerrado e no estado do Tocantins e a influência da implantação de políticas públicas para esse processo; a modernização da agricultura no nordeste do Tocantins; a fronteira do agronegócio e a *degradação do outro*, nos basendo em Martins (2015); a relação dos índios Krahô com o seu território; o território *cercado e confinado* pelo agronegócio.

2. CAPÍTULO I – TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE: CONTRIBUIÇÕES PARA A GEOGRAFIA AGRÁRIA

Antes de qualquer coisa vale dizer que, nesse estudo, optamos pelo *Território* como categoria de análise, pois ao nosso entender ele atende e supre o fôlego teórico/prático/conceitual necessário para entendermos a realidade em que se encontrou e encontra os índios Krahô, face ao avanço das frentes pastoris e agrícola, assunto que abordaremos no próximo capítulo, e à expansão do agronegócio – no momento atual, que será abordado no último capítulo. Portanto, cabe aqui discutirmos o conceito de território dentro da ciência geográfica, visto a sua pertinência teórica para pesquisas e trabalhos em geografia agrária, que é o caso deste.

Ao longo de suas trajetórias epistemológicas, os conceitos de território e territorialidade foram cunhados e (re) conceituados, em diferentes áreas do conhecimento e ramos científicos, sobretudo na Geografia, a partir de exaustivos estudos e reflexões. Até mesmo na ciência geográfica, tais conceitos são utilizados e pensados a partir de um certo ecletismo teórico. Os conceitos são “ferramentas” para se pensar as realidades, processos e relações, e eles estão em constante mudança, tanto do ponto de vista teórico como de sua aplicabilidade dentro das ciências. Podemos dizer que conceito tem contexto histórico, sua natureza é mutável, possui atributos, é um recurso.

Conquanto, os conceitos de território e territorialidade também são utilizados nas ciências naturais, mas com outras definições, que comumente estão relacionadas às hierarquias do reino animal. Nesse sentido, pode-se dizer que o uso da expressão e do termo território nas ciências naturais é relativamente antigo, tanto quanto nas sociais. Nesse sentido, Andrade (2004, p.19) fala que “nas ciências naturais, amiúde, o território é a área de influência e domínio de uma determinada espécie animal em detrimento de outros animais da mesma espécie ou não. [...]”. Andrade (idem) ainda fala que, sob diferentes conotações, “[...] nas ciências sociais, o território seria objetivado pelas relações

sociais, quer dizer, seria um produto das relações de poder, apropriação e dominação”. (ANDRADE, 2004, p.19).

Nesse sentido, Saquet (2007, p. 13) defende a ideia de que todo conceito tem uma história, seus elementos e metamorfoses; tem interações entre seus componentes e com outros conceitos; tem um caráter processual e relacional num único movimento do pensamento, com superações; as mudanças significam, ao mesmo tempo, continuidades, ou seja, des-continuidades (descontinuidade-continuidade-descontinuidade).

Portanto, é nessa perspectiva processual e epistemológica que o presente capítulo tem a pretensão de iniciar a discussão, em termos teóricos, sobre a questão do território e territorialidade dentro da ciência geográfica e como eles contribuem e são balizares aos estudos em geografia agrária, e sobretudo sobre a questão agrária e os povos indígenas do Brasil e do estado do Tocantins.

2.1 – A questão do território na ciência geográfica

Na geografia, o conceito de território se apresenta como uma de suas categorias de análise – e conceito-chave do pensamento geográfico –, assim como o de espaço, paisagem, região e lugar, que são as mais reconhecidas como tal. Nas diferentes correntes da ciência geográfica, cada uma dessas categorias de análise teve devida preeminência com relação às outras. Ainda que não seja nosso objetivo, é importante situarmos epistemologicamente tais categorias/conceitos.

Embora seu aparecimento e uso remetam-se à antiguidade, a Geografia emerge como disciplina acadêmica a partir de 1870¹. Muitos autores acreditam que a dita Geografia Tradicional se apoiava no determinismo e no possibilismo.

¹ CORRÊA, Roberto Lobato (1998, p. 08)

O determinismo ambiental foi o primeiro paradigma da ciência geográfica, seus defensores afirmavam que as condições naturais determinam o comportamento do homem, interferindo na sua capacidade de progredir². Já o possibilismo, ao que Vidal de La Blache foi principal expoente, considerava a natureza como fornecedora de possibilidades para que o homem a modificasse. Tanto no primeiro como no segundo paradigma, os conceitos de região e paisagem tinham centralidade nas abordagens da ciência geográfica.

Já a Geografia Quantitativa, que surge no pós-segunda Guerra, também conhecida como Nova Geografia, cujo positivismo lógico é o paradigma, considerava a região como um caso particular de classificação, ou seja, ela é o conceito/categoria chave desse pensamento.

Durante as décadas de 70 e 80, a nova geografia e os paradigmas tradicionais foram submetidos a rigorosas críticas por parte de uma Geografia nascida de novas circunstâncias. Trata-se da Geografia Crítica, “[...] cujo vetor mais significativo é aquele calçado no materialismo histórico e na dialética marxista.”.(CORRÊA, 1998, p.19), para a qual o espaço geográfico e o território são conceitos centrais.

Feito a síntese do que foi cada uma das categorias de análise dentro das correntes epistemológicas da Geografia, retornemos ao conceito de território, pois é aquele que nos orienta nesse estudo. Ele tem suas raízes nas obras Antropogeografia (1882) e Geografia Política (1897) do geógrafo alemão Friederich Ratzel, inspiradas no determinismo geográfico³, no romantismo alemão e no imperialismo do final do século XIX. Para Fernandes (2009, p. 61);

[...] a definição defendida por Ratzel idealiza uma consciência nacionalista, de um dever cívico para com o Estado-Nação e orienta a exigência de um “espaço vital”, espaço necessário para o desenvolvimento e o progresso de uma nação, tendo em mente que as formas de sobrevivência são limitadas e daí a busca por anexação de novos territórios.

² Idem

³ Ainda que o conceito de Território tenha suas raízes no determinismo ambiental da Geografia Tradicional, ele ocupava lugar tímido dentro das abordagens da ciência geográfica naquele paradigma.

Certamente por influência da escola ratzeliana, por muito tempo o conceito de território esteve atrelado à figura do Estado-Nação e ao sentido político-administrado em escala local, regional e global. Por isso, “a palavra território normalmente evoca o ‘território nacional’ e faz pensar no Estado – gestor por excelência do território nacional –, em grandes espaços, em sentimentos patrióticos, em governo, em dominação [...]” (SOUZA, 2014, p. 81).

Fundamentado na relação de poder, território era entendido como expressão legal e moral do Estado, remetido na conjunção do solo e do povo. Sua territorialidade estaria associada a identidades (nacionais) específicas. Essa posição do conceito remete a uma concepção de poder unidimensional, o Estado é o único detentor do poder; sendo assim, presume-se que não haveria conflitos ou tensões dentro do território, pois não existiriam outras relações de poder possíveis. [...] (FERNANDES, 2009, p. 61)

Entretanto, essa é uma definição pouco aprofundada e um tanto quanto reducionista, que empobrece e limita o arsenal polissêmico do conceito, mas que é a mais usada pelo senso comum e, em certa medida, aceita por alguns ramos científicos. Desse modo, Souza (2001, p. 81) defende que o conceito de território “não precisa e nem deve ser reduzido a essa escala ou à associação com a figura do Estado. [...]”.

Sobretudo a partir da década de 1970, década na qual caminhou a renovação do pensamento geográfico a partir da teoria crítica, como já dissemos, os debates sobre novas concepções de território e territorialidade emergiram na geografia, “[...] especialmente, devido às transformações que ocorreram na sociedade em função das novas formas de organização sócioespacial que delimitam, agenciam, controlam pessoas, informações, fluxos, fenômenos e ideias.” (PLEIN, 2009, p. 47).

O fato é que o uso do conceito de território se intensificou a partir das últimas décadas do século XX. Isso aconteceu porque “a Geografia alcança neste fim de século a sua era de ouro, porque a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é Território. [...] (SANTOS, 2002, p. 9).

Outra razão do uso cada vez mais frequente e amplo do conceito de território pode ser compreendida pelo claro argumento de Haesbaert (2004, p. 20), quando diz que “[...] não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo inseri-los num determinado contexto geográfico, ‘territorial’.”

Todavia, talvez pelo uso amplo e cada vez mais habitual do conceito de território, vem sendo comum alguns equívocos conceituais. Tão recorrente como a restrita associação do conceito de território à figura do Estado-Nação é a confusão conceitual que coloca *espaço* e *território* como sinônimos ou termos equivalentes.

Partindo do pressuposto de que o território é um “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2014, p.78), que é uma das definições mais conhecidas e usadas atualmente, subtende-se o espaço como algo preexistente às relações que dão sentido a uma dimensão “secundária” – o território.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço. [...] o espaço não tem valor de troca, mas somente valor de uso, uma utilidade. O espaço é portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, ‘dado’ como se fosse uma matéria-prima, preexiste a qualquer ação. ‘Local’ de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. [...] (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144)

Além disso, Raffestin (idem) fala que [...] “espaço e território não são termos equivalentes. Por tê-los usado sem critério, os geógrafos criaram grandes confusões em suas análises, ao mesmo tempo que, justamente por isso, se privavam de distinções úteis e necessárias.”

Ou seja, é fundamental entender como o espaço está em posição que antecede ao território, porque este é gerado a partir do espaço, constituindo o resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa em

qualquer nível. A partir desse mesmo pensamento, Raffestin (2009, p. 27) fala que o espaço é a “prisão original” e, ao contrário, o território é a prisão que os homens constroem para si, reorganizando as condições iniciais.

Para Milton Santos, o conceito de território é subjacente, composto por variáveis, tais como a produção, as firmas, as instituições, os fluxos, os fixos, relações de trabalho etc., interdependentes umas das outras. Essas variáveis constituem-se no que Milton chama de *configuração territorial*:

Formada pela constelação de recursos naturais, lagos, rios, planícies, montanhas, florestas e também de recursos criados: estradas de ferro e de rodagem, condutos de toda ordem, barragens, açudes, cidades, o que for. É esse conjunto de todas as coisas arranjadas em sistema que forma a configuração territorial cuja realidade e extensão se confundem com o próprio território de um país. (SANTOS, 1988, p.75-76).

Todavia, Souza (2009) alerta para a não “coisificação” do território, o que significa confundi-lo com o “[...] substrato espacial material (as formas espaciais, os objetos geográficos tangíveis – edificações, campos de cultivo, feições “naturais” etc.) [...]” (p. 61). Isso, portanto, equivale a “coisificar” o território, fazendo com que não se perceba que, na qualidade de projeção espacial de relações de poder, os recortes territoriais, as fronteiras e os limites podem todos mudar.

O que faz do território uma categoria de análise são as “[...] relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial [...]” (SOUZA, 2014, p. 95). Por isso, pensar desse modo sobre o território não quer dizer negligenciar a materialidade do espaço. Significa, isso sim, refinar o conceito e conferir-lhe maior rigor, assim enriquecendo o arsenal conceitual à disposição da pesquisa sócio-espacial.

Podemos considerar que o território é resultado de relações de poder, que nem sempre é exercido somente pelo Estado-Nação, em escalas e níveis variados, onde estratégias de apropriação, controle e uso dos recursos existentes é determinante. Isto é, ele é “[...] produto histórico de mudanças e permanências ocorridas num ambiente no qual se desenvolve uma sociedade.

Território significa apropriação social do ambiente; ambiente construído, com múltiplas variáveis e relações recíprocas.” (SAQUET, 2009, p. 81).

Entendemos, portanto, o território como produto social constituído histórica, econômica, política e culturalmente, ele resulta das relações espaço-temporais, a partir daquilo que Raffestin (1993) denomina de conjunto de relações do sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo. Desse modo, a relação espaço-tempo pode ser destacada como um processo que está na base da organização territorial.

Dessa maneira, Souza (2014) advoga que há a existência de múltiplos territórios dentro do território do Estado-Nação, que podem apresentar uma existência temporária ou permanente no *tempo* e no *espaço*. Podemos afirmar, pois, que a existência e a construção (e desconstrução) de territórios podem acontecer em diferentes escalas e níveis. Portanto:

[...] Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos e (desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. (SOUZA, 2014, p. 81)

O território, nesse sentido, pode ser definido como algo produzido pelos atores sociais a partir de relações de poder, materiais ou não. Partindo desse pressuposto, podemos dizer que o território nasce então das estratégias de controle necessárias à vida social. Para construir um território, os atores projetam no espaço um trabalho, isto é, energia e informação, adaptando as condições dadas ao sabor das suas necessidades materiais ou não.

Em outras palavras, na (re) construção do território, o espaço se sujeita ao controle e às transformações desempenhadas pelos atores, a partir da projeção de energia e informação na realidade imediata. Desse modo, Milton Santos defende que o território deve ser compreendido como “território usado”, porque “[...] o território é o fundamento do trabalho; lugar de residência, das

trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. [...]” (SANTOS, et al, 2006, p. 13-14)

A noção de “fundamento do trabalho” respalda e dá significado a ideia de “território usado”, pois imprime um caráter histórico-dialético ao território, sugerindo que o trabalho, nesse caso a apropriação concreta e/ou abstratamente do espaço, é aquilo o que dá sentido ao território. A partir desse entendimento, a categoria *trabalho*, que simploriamente pode ser sinônimo de ação, é indispensável na definição de “território usado” defendida por Milton Santos.

É por meio do trabalho que o homem busca a produção e reprodução de sua vida, tanto no sentido material quanto no social, posto que, no ato de trabalhar, o homem atua sobre a natureza, eliminando barreiras e produzindo objetos que são previamente idealizados em resposta às exigências suscitadas pela realidade imediata. (ORGANISTA, 2006, p. 134)

Segundo Haesbaert (2016), o território pode ser *usado* como abrigo ou como recurso. Segundo o autor, todo e qualquer território é, necessariamente, funcional e simbólico. A primeira dimensão, a funcional, diz respeito às atividades materiais de sobrevivência, o uso, domínio e gestão do território por meio do trabalho – usufruto dos recursos naturais. Já a segunda, a simbólico, os atores produzem significados, identidades e raízes com o território.

O território envolve sempre, ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólico-cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais como forma de ‘controle simbólico’ sobre o espaço onde vivem (sendo, portanto, uma forma de apropriação) e uma dimensão mais concreta, de caráter político disciplinar: o domínio do espaço pela definição de limites ou fronteiras visando à disciplinarização dos indivíduos e o uso/controle dos recursos aí presentes (HAESBAERT, 2016, p. 42)

Para Haesbaert (2001; 2002; 2004), é possível agrupar as várias concepções de território em quatro vertentes básicas: política, cultural, econômica e natural. Mas, ele também chama a atenção para o fato de que essa separação ocorre apenas para fins de análise, pois a dinâmica territorial, na maioria das vezes, agrupa duas ou mais dessas dimensões.

Contudo, banzeando-nos nisso, acreditamos que as dimensões política e econômica se sobrepõem e determinam as outras duas. Vejamos o que significa cada uma dessas dimensões significam segundo Haesbaert (2001; 2002; 2004), são elas:

Dimensão política: Refere-se às relações espaço-poder, em geral, ou jurídico-político, que dizem respeito às relações espaciais que se estabelecem na esfera do Estado-Nação. Nestas, o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes, mas não exclusivamente, relacionado ao poder político do Estado.

Dimensão cultural: Nessa concepção, os conteúdos culturais ou simbólicos-culturais delimitam o território a partir da teia de representações e subjetividades que se enraízam em porção do espaço território, dando-lhe identidade. Nesse sentido, o território é visto como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

Dimensão econômica: A vertente econômica focaliza o espaço como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais; e na relação capital-trabalho, como produto da divisão territorial do trabalho.

Dimensão natural: A perspectiva naturalista emprega uma noção de território baseada nas relações entre sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento natural dos homens em seu ambiente físico. Essa é uma noção antiga e pouco difundida nas Ciências Sociais, atualmente.

Essas quatro dimensões estão vinculadas a algumas perspectivas teóricas, através das quais o conceito de território é discutido. De modo geral, podemos agrupá-las da seguinte forma: perspectiva materialista – concepções econômicas e políticas; perspectiva idealista – concepção simbólico-cultural.

Assim sendo, nos orientamos a partir da perspectiva materialista, sob enfoque econômico e político, pois é a capaz de nos dá subsídios para entender a produção desigual e contraditória do território no campo brasileiro – a mundialização da agricultura Brasileira, bem como seus impactos aos territórios dos povos indígenas.

Nessa definição, há uma forte referência à natureza e ao território como fonte de recursos, cuja importância está no seu acesso, controle e uso. Nessa concepção, mantém-se essa ideia de território sob a ótica econômico-materialista-política como “área defendida em função da disponibilidade e garantia de recursos necessários à reprodução material de um grupo” (HAESBAERT, 2004, p. 56).

Podemos dizer que o território sob o enfoque econômico tem em Milton Santos (2000) sua concepção mais relevante e teoricamente mais consistente. Segundo Santos, o uso (econômico, sobretudo) é o definidor por excelência do território. Dessa forma;

O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação sócio-espacial e o mundo” (SANTOS et al, 2000, p. 3).

Segundo o autor, “para os atores hegemônicos, o território usado é um recurso, garantia de realização de seus interesses particulares” e para os “atores hegemonzados” corresponde a um abrigo, no qual buscam constantemente “se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo em que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares” (SANTOS et al, 2000, p. 12-13).

É importante dizer que, na obra de Milton Santos, o território não se restringe a formulações de base econômica, embora esta tenha prevalecido. Apesar dos diferentes enfoques conceituais em estudos e reflexões em torno dessa categoria de análise geográfica, a definição de território está estritamente ligada aos termos: relações de poder, uso, trabalho, apropriação, dominação.

A partir dessas perspectivas, concordamos com as concepções de território defendidas por Milton Santos e Claude Raffestin. Assim, o termo mais apropriado para pesarmos e entendermos essas relações que objetivam o território é o de territorialidade, em escala local, regional e global.

2.2 – Territorialidade: poder, trabalho e uso do território

Na sessão anterior, com suporte teórico e epistemológico, buscamos elucidar que o território é, antes de tudo, um espaço delimitado por fronteiras físicas ou simbólicas, no qual indivíduos se relacionaram (e se relacionam) uns com os outros, exercendo poder, dominação e apropriação (política, cultural ou econômica). O que dá sentido ao território são as relações de poder e o seu uso, que significa territorialização e territorialidade.

A territorialidade é a ação, a construção (des-re-construção) e as ações mantidas no uso e gestão do território, são as relações (sociais, econômicas, políticas e culturais) desembocadas no espaço geográfico. “[...] O território é considerado produto histórico de mudanças e permanências ocorridas num ambiente no qual se desenvolve uma sociedade. Território significa apropriação social do ambiente; ambiente construído, com múltiplas variáveis e relações recíprocas. [...]” (SAQUET, 2008, p. 81). Sobre a definição do território a partir de relações de poder, Souza fala que;

O que “define” o território é, em primeiríssimo lugar, o poder – e, nesse sentido, a dimensão política é aquela que, antes de qualquer outra, lhe define o perfil. Isso não quer dizer, porém, que a cultura (o simbolismo, as teias de significados, as identidades...) e mesmo a economia (o trabalho, os processos de produção e circulação de bens) não sejam relevantes ou não estejam “contemplados” ao se lidar com o conceito [...] (SOUZA, 2014, p. 59-60).

Souza (2009) acredita que o poder é uma relação social (ou, antes, uma dimensão das relações sociais), e o território é a expressão espacial disso. A existência do território é impossível e inconcebível sem o substrato espacial material, da mesma maneira que “[...] não se exerce o poder sem contato com e referência à materialidade em geral; ao mesmo tempo, porém, o território não é redutível ao substrato, não devendo ser com ele confundido [...]” (SOUZA, 2009, p. 66)

O poder implica, evidentemente, a capacidade de estabelecer normas e de fazê-las cumprir, sob pena de sanções morais ou materiais. Mas essa

capacidade não precisa ser exercida apenas por uma instância de poder que encarne uma separação estrutural entre dominantes e dominados, entre dirigentes e dirigidos, sendo a expressão de uma divisão de classes e de uma assimetria estrutural de poder entre grupos sociais – como é o caso do aparelho de Estado. (SOUZA, 2009, p. 68)

A territorialidade, para Raffestin (1993), reflete a perspectiva de multidimensionalidade do vivido territorial por membros de uma coletividade social. São as relações de poder (produtivistas ou existencialistas) que se estabelecem entre atores nas suas relações com a natureza e sociedade. Em suma, a territorialidade é definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo, com o objetivo de se buscar, de forma crescente, autonomia associada aos recursos de um sistema.

Andrade (2004) afirma, por sua vez, que a territorialidade advém da consciência que as pessoas que habitam um território têm de sua participação na formação histórica destes, que se dá de forma subjetiva (consciência de confraternização, de se sentir parte, de integrar-se ao território de um Estado). A territorialidade seria aquilo que se encontra em um território e está sujeito à sua gestão.

A territorialidade pode ser definida também como o próprio conteúdo do território, suas relações sociais cotidianas que dão sentido, valor e função aos objetos espaciais. Essas territorialidades são associadas aos diferentes tipos de usos do território. (FUINI, 2014, p. 230)

Territorialidade é, desse modo, definido por Little (2002, p.3) como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-se assim em seu ‘território’”. Nesse sentido:

[...] a territorialidade é uma força latente em qualquer grupo, cuja manifestação explícita depende de contingências históricas. O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos (LITTLE, 2002, p.3).

De acordo com Little (2002), para analisar o território de qualquer grupo, portanto, precisa-se de uma abordagem histórica que trate do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado. O autor ainda fala que o conceito de territorialidade é diretamente vinculado às práticas territoriais dos Estados-nação e tende a ocultar outros tipos de territórios, como os territórios dos povos indígenas e das empresas ligadas ao agronegócio, sobre os quais estamos discutindo nesse trabalho.

Segundo Saquet (2007, p. 158), a territorialidade deve ser concebida como um “[...] movimento processual e relacional, de apropriação, dominação e produção (i) material (material-imaterial) do território. ” Desse modo, pode-se afirmar que a territorialidade possui uma dimensão cultural, sendo esta fundamental para a construção das identidades, algo que se pode perceber com mais facilidade entre as sociedades indígenas. O autor ainda ressalta que a multidimensionalidade é um componente fundamental para compreensão da produção territorial.

As territorialidades podem ser concebidas como *estratégias de controle necessárias à vida social*. Portanto, como “dimensão do comportamento humano”, orientada explícita e implicitamente, com o objetivo de posse para posterior territorialização, transformando-o em recursos conforme o interesse de suas ações e dos esforços para mantê-los. Nesse sentido, Saquet (2010) diz que:

[...] a territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas [...] resultado e determinante do processo de cada território, de cada lugar; é múltipla, e por isso, os territórios também o são, revelando a complexidade social, e ao mesmo tempo, as relações de domínios de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço geográfico, outros indivíduos, objetos, relações (SAQUET, 2010, p. 129).

E complementa...

[...] compreendemos a noção de territorialidade como um processo de relações sociais, tanto econômicas, como políticas e culturais de um indivíduo ou de um grupo social. A territorialidade corresponde às relações sociais e às atividades diárias que os homens têm com sua natureza exterior. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo

fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida quotidiana (SAQUET, 2009, p. 8).

Assim, em qualquer acepção, a territorialidade tem a ver com relações de poder, apropriação e controle, e com delimitações de fronteiras concretas ou simbólicas. Isso considera tanto o poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto o poder no sentido mais simbólico, de apropriação.

[...] a territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar (HAESBAERT, 2007, p, 22).

Raffestin (1993) discorre sob a perspectiva a qual considera que a territorialidade é mais do que uma simples relação homem-território, argumentando que para além da demarcação de parcelas individuais existe a relação social entre os homens.

[...] de acordo com nossa perspectiva, a territorialidade assume um valor bem particular, pois reflete o multidimensionamento do 'vivido' territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral. Os homens "vivem" ao mesmo tempo, o processo territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas [...] (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

Dessa forma, a territorialidade seria, para Raffestin (1993, p.60), "um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema". Considerando a dinâmica dos fatores envolvidos na relação, seria possível a classificação de vários tipos de territorialidade, desde as mais estáveis às mais instáveis. Por fim, a concepção de territorialidade é ampla e complexa podendo estar ou não associada a uma base territorial num sentido físico-espacial.

É importante diferenciar *territorialidade* de *territorialização*, pois, embora pareçam sinônimos ou termos equivalentes e tenham relação uma com a outra, acreditamos que não possuem a mesma natureza e significado. A

territorialização antecede a territorialidade. Desse modo, entendemos que a primeira significa a um “gesto inicial” ou a “criação de algo novo” e a segunda a “manutenção ou transformação do que já é existente”.

Portanto, territorialização é a ação, movimento ou processo de construção e criação de territórios pela apropriação, uso, identificação, enraizamento com determinadas extensões do espaço por lógicas políticas, econômicas ou culturais. É também sinônimo de qualificação ou organização territorial.

Exemplos de territorialização são; criação de estruturas político-administrativas e projetos estatais; ação de empresas e grupos de empresas⁴ em áreas mais ou menos planejadas, em centros urbanos ou em suas periferias; grupos e individuais que passam a definir um cotidiano e criam um sistema de relações com um lugar, por força do trabalho, necessidade de sobrevivência, moradia, da cultura-tradição etc.

A territorialização é marcada pelo movimento de reprodução de relações sociais e por uma complexidade cada vez maior nas forças produtivas (máquinas, redes de circulação e comunicação...). Desta forma, a definição de territorialidade extrapola as relações de poder político, os simbolismos dos diferentes grupos sociais e envolve, ao mesmo tempo, a dinâmica econômica centrada em seus agentes sociais. A noção de territorialidade significa materialidade e imaterialidade em unidade, na(s) territorialidade(s) e no(s) território(s)[...] (SAQUET, 2007, p. 70)

O ato do agente (político, econômico ou social) territorializar-se produz raízes, identidades e significados que vão além do material. Estamos falando, portanto, do território enquanto “objeto” simbólico, que constrói laços identitários. Assim, “[...] a territorialidade é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo e de grupos distintos. Há continuidade e descontinuidade no tempo e no espaço[...].” (SAQUET, 2009, p. 88).

A partir das ideias de Raffestin (1993; 2009), é possível sintetizar a territorialização conforme as variáveis apresentadas no **Quadro 1**. No entanto,

⁴ Um exemplo é a territorialização das empresas do ramo do agronegócio no campo Brasileiro. Podemos citar esse processo no nordeste do estado do Tocantins, próximo a reserva indígena Krahô, que é nosso foco de análise.

não é regra que todas as variáveis exerçam influência ao mesmo tempo, pois uma pode se sobrepor sobre outra.

Quatro 1: – Esquema - o processo de territorialização⁵

<p>A: ator (individual ou coletivo, homem ou coletividade) que combina diversos meios para realizar uma ação no ambiente inorgânico e/ ou orgânico e/ou social:</p> <p>Nesse nível de generalização não é necessário distinguir precisamente os diversos tipos de atores. É fundamental precisar que esta categoria deverá ser identificada com maior detalhe em um processo de produção territorial peculiar.</p>
<p>L: trabalho à disposição do ator. O trabalho humano pode ser definido como uma combinação de energia e informação:</p> <p>A quantidade variável de energia e informação determina os tipos de trabalho (de reprodução ou invenção). No decorrer da história, a segunda sempre foi mais significativa que a primeira.</p>
<p>M: mediadores materiais, instrumentos diversos e/ou imateriais, conhecimento e/ou algoritmos à disposição do ator:</p> <p>São todos os instrumentos de trabalho que estão à disposição em um lugar e em um momento específico. Podem existir mediadores que não são contemporâneos uns dos outros.</p>
<p>P: programa do ator. O programa é o conjunto das intenções realizáveis e dos objetivos ou metas:</p> <p>Por exemplo, produzir um ecossistema rural ou urbano constitui um programa geral.</p>
<p>R: relação efetivada pelo ator com o ambiente geral:</p> <p>A relação é composta por uma grande variedade de ações particulares realizadas com o objetivo de atingir uma meta precisa.</p>
<p>Sn: ambiente orgânico e/ou inorgânico:</p> <p>De acordo com a visão ecológica, o orgânico é assimilável ao conceito de biocenose e o inorgânico ao de abiótico; a noção de escala deve ser explicitada em cada contexto.</p>
<p>So: ambiente social:</p> <p>Todos os subsistemas sociais, da economia à política e à cultura estão entre os elementos do ambiente social.</p>
<p>S: ambiente geral (Sn + So)</p>
<p>T: território produzido pelo ator no ambiente.</p>

⁵ Esquema construído a partir das ideias expressas em Raffestin (1993; 2009). Vale lembrar que é um modelo meramente descritivo, em pequena escala, para explicar as transformações que acontecem no processo de territorialização, mostrando os mecanismos e os seus efeitos nas morfologias espaciais e territoriais.

Ta: conjunto das relações desenvolvidas pelo ator no território ou territorialidade

Fonte: Raffestin (1993; 2009). Quadro organizado pelo autor.

Segundo Raffestin (1993; 2009), as características mínimas que o ator deve possuir são fornecidas pelas variáveis **L** (trabalho à disposição do ator), **M** (mediadores materiais) e **P** (programa do ator), que constituem a tríade fundamental dos meios de intervenção no ambiente geral. Esta, projetada através de uma relação **R** do ator **A** no ambiente geral **S**, contribui para produzir um território **T**, no qual se estabelece uma territorialidade **Ta**, isto é, um conjunto de relações que permitem satisfazer as necessidades da comunidade ou da sociedade. Isso pode ser representado pela relação **T/Ta**. **T** é a parte material e **Ta** a parte imaterial.

Os resultados territoriais dessas interações e relações se exprimem-se através dos sistemas dos territórios agrários, rurais, urbanos, industriais, comerciais, turísticos e das redes de infra-estrutura (estradas, auto-estradas, ferrovias, portos, aeroportos etc).

Levando em consideração o que foi dito, o território pode ser entendido como lugar onde diferentes agentes disputam a hegemonia, a partir de relações de poder e interesses conflitantes. Nessa perspectiva, um exemplo é a luta dos povos indígenas contra a expansão das frentes do agronegócio sobre os seus territórios, que é uma realidade de norte a sul do Brasil.

2. 3 – Do conceito de território no capitalismo ao entendimento de território para os povos indígenas: (re) pensando a geografia e questão agrária

No Brasil, a questão agrária é algo marcado por contradições e conflitualidades de várias ordens, que há mais de 500 anos tem se construído a

partir da barbárie. Nos dias de hoje, em contraposição ao projeto desenvolvimentista neoliberal imposto pelo modo de produção capitalista, que tem o agronegócio como carro-chefe, as sociedades do campo vêm bravamente resistindo para reafirmarem seus territórios, e muitas vezes lutando para conquista-los.

De acordo com Oliveira (2016), os conflitos sociais no campo, no Brasil, não são uma exclusividade de nosso tempo. São, segundo o autor, uma das marcas do desenvolvimento e do processo de ocupação do campo no país. Os povos indígenas foram os primeiros a conhecerem a sanha de terra dos colonizadores que aqui chegaram. Este genocídio histórico a que vêm sendo submetidos há quase quinhentos anos, os povos indígenas brasileiros é marca original das muitas histórias de massacres no campo.

Ianni (2004) fala que a estrutura agrária brasileira está sendo alcançada por modificações decorrentes da dinâmica dos núcleos capitalistas localizados no país e no exterior. Ela recebe estímulos mais ou menos vigorosos, que provocam transformações de profundidade diversa em seu interior. É que o processo capitalista de produção acaba envolvendo as áreas pré-capitalistas, integrando-as num todo.

Inseridos nesse contexto, estão os povos indígenas brasileiros e as lutas pelo direito à demarcação e livre gozo dos seus Territórios – uma vez que é o que garante a reprodução biológica e cultural dessas sociedades. A territorialização do capitalismo no campo brasileiro está diretamente ligada à invasão e expropriação dos territórios indígenas, como assim nos fala Oliveira (1997, p. 154):

A constituição do território capitalista no Brasil foi, portanto, produto da conquista e destruição do território indígena. Espaço e tempo do universo cultural indígena foram sendo moldados ao espaço e tempo do capital. O ritmo compassado do tic-tac do relógio no seu deslocar temporal nunca foi a marcação do tempo para as nações indígenas. Talvez, estivesse aí o início da primeira luta entre desiguais. A luta do capital em processo de expansão, desenvolvimento, em busca de acumulação, ainda que primitiva, e a luta dos “filhos do sol” ou da “lua”, em busca da manutenção de seu território invadido.

Então, é nesse sentido que o universo da cultura indígena se contrapõe aos espaços de reprodução do capital, e vice e versa, com “ritmos” e “tempos” diferentes. Para percebermos as contradições da questão agrária no Brasil, é necessário, pois, entendermos que o território só deve ser compreendido no contexto mais amplo das dinâmicas de acumulação. De acordo com Oliveira (2016) a territorialização do capitalismo no campo brasileiro pode ser compreendida como resultado da invasão, conquista e destruição de territórios indígenas, que há mais de 500 anos vem acontecendo.

Essa territorialização nada mais é que a garantia da ampliação das condições de acumulação capitalista, a qual é marcada pela produção desigual do território. Assim sendo, o sistema capitalista de produção também se sustenta justamente na produção desigual do território.

O caso das alterações da territorialização (*no território*) mostra claramente que não há nada “natural” nas fronteiras políticas, mesmo que características naturais com frequência tenham tido algum tipo de papel em sua definição. A territorialização é, em última análise, resultado das lutas políticas e de decisões políticas tomadas no contexto de condições tecnológicas e político-econômicas determinadas (HARVEY, 2004, p.108, *grifo no original*).

A base da proposição de Harvey para desmistificar a produção desigual do espaço capitalista, e, necessariamente, a conformação de territorializações⁶ (HARVEY, 2004, p.108), relaciona-se com dois componentes. O primeiro refere-se à produção de escalas espaciais e o segundo, à produção da diferença geográfica. Sua integração permite a apreensão da dinâmica de produção desigual do território.

Assim, o *território* para o modo de produção capitalista é condição para a sua própria reprodução ampliada, que no campo tem no agronegócio sua estrutura para acumulação de recursos e capital. Portanto, a reprodução do capital é tão importante para manutenção do sistema quanto a sua produção. É essencial compreender que “[...] o capital não é apenas resultado, mas pressuposição da produção capitalista [...]” (MARX, 2002, p. 60)

⁶ Nesse caso, a territorialização de empresas no campo a partir do agronegócio.

É preciso pontuar que no contexto da reprodução do capital a tendência é de que os territórios dos povos indígenas sejam ameaçados, e muitas vezes invadidos e destruídos pelo sistema do capital, mesmo que estejam demarcados pelo Estado, pois esse mesmo Estado é aliado do capital na tarefa da extração da renda da terra, e a expressão mais visível disto está no modelo agrícola. Isto porque “[...] a tendência do capital é dominar tudo, subordinar todos os setores e ramos da produção e, pouco a pouco, ele o faz.” (MARTINS, 1988, p. 160).

O capital possui essa “qualidade ou poder” de influenciar o Estado no direcionamento e adequação de suas intenções com a conformação da configuração do território. Em busca de sua reprodução ampliada, pressiona, faz parceria e contrata com o Estado. Tudo conforme a sua vontade, assim, “[...] aloca mão-de-obra, disponibiliza-se incentivos diversos, constrói-se sistemas de engenharia para a conformação ideal do território com a lógica predatória do desenvolvimento capitalista.” (FARIAS, 2010, p. 57).

Isso acontece porque o Estado é burguês e coloca seu poder, autonomia e soberania sobre o território nacional a serviço dos latifúndios e das empresas multinacionais do ramo da produção de *commodities*, ou seja, a serviço da reprodução ampliada do capital.

A partir dessa lógica, Porto-Gonçalves (2017) fala que o campo parece só ter sentido e valor às políticas públicas, agrária e agrícola, quando voltadas a algum tipo de atividade ligada ao “agronegócio”. Paradoxalmente, as comunidades (assentamentos, aldeias, quilombos, etc.), sujeitos e povos do campo, como camponeses, quilombolas e indígenas estão no ostracismo das políticas públicas estatais.

É perceptível a contraposição entre o sentido e valor que o território assume para o capitalismo e para os povos indígenas. A apropriação dos recursos naturais é diferente, como também as relações econômicas, sociais e políticas projetadas no espaço.

Oliveira (2016) diz que é importante que se ressalte que a apropriação de recursos naturais por parte dos indígenas não se resume produzir alimentos, mas consiste em extrair matéria prima para a construção de casas, para enfeites,

para a fabricação de arcos, flechas, canoas e outros e, ainda, em retirar as ervas medicinais que exigem determinadas condições ecológicas para vingarem.

E é justamente esse espaço da sobrevivência, com tudo que ela implica, que denominamos território. E o território indígena tem uma particularidade: o de ser coletivo e pertencer igualmente a todo o grupo. Não existe a propriedade privada entre os índios. Todos têm acesso à terra, e esse acesso é efetivado através do trabalho e de ocupação de fato de uma determinada porção do território tribal. (OLIVEIRA, 2016. p. 160)

Desse modo, segundo Oliveira (2016) a “propriedade” coletiva é uma das principais características dos territórios indígenas, comum na maioria das sociedades indígenas. Contudo, essas características podem variar de uma sociedade indígena para outra. Podemos dizer que;

Os grupos indígenas também têm diferentes formas de concepção de seu território. Alguns, fundamentalmente sedentários, estabelecem fronteiras definidas. Outros, como é o caso dos povos Jê do Brasil Central, têm (ou tiveram) suas fronteiras em constante expansão em função de atividades guerreiras, ou da caça e coleta (OLIVEIRA, 2016. p. 160).

Para os indígenas, o território é um bem coletivo, destinada a produzir a satisfação das necessidades de todos os membros da sociedade. Todos têm o direito de utilizar os recursos do meio ambiente, através da caça, pesca, coleta e agricultura. Nesse sentido, a propriedade privada não cabe na concepção indígena de terra e território.

Portanto, o território é fonte permanente de socialização para os indígenas. Trocam-se notícias sobre caçadas, abundância ou escassez de um determinado produto, sobre os aspectos sobrenaturais da floresta, dos rios ou das montanhas, acerca do encontro com espíritos na mata, etc. O território não é, afinal, apenas fonte da subsistência material, mas também lugar onde os indígenas constroem sua realidade social e simbólica.

Por outro lado, o território capitalista é, nas palavras de Martins (1997), o território das desigualdades, do conflito, da morte, da escravidão, das contradições. O movimento da expansão da sociedade não-indígena, e principalmente dos latifúndios e do agronegócio, sobre os territórios indígenas,

resultou e tem resultado no massacre desses povos, sua drástica redução demográfica e até mesmo o seu desaparecimento.

Levando isso em consideração, podemos afirmar que o território é um recurso, e, enquanto que para o sistema capitalista ele é fonte de acumulação (por espoliação), para os povos indígenas ele é muito mais que um simples meio de subsistência, pois além de garantir sua reprodução biológica, faz com que as características culturais se mantenham. Para os povos indígenas, de acordo com Santos (2016), o território é vital a começar pelo fato de que suas línguas estão restritamente ligadas ao território de cada povo, e, conseqüentemente ao processo de reprodução das suas culturas, pois elas são transmitidas de geração a geração pela oralidade.

3. CAPÍTULO II – OS ÍNDIOS KRAHÔ: O RETIRANTISMO DO SUL DO MARANHÃO AO NORDESTE DO TOCANTINS

Neste capítulo procuramos apresentar alguns aspectos sociais e culturais do povo indígena Krahô, como localização da sua Reserva Indígena, população e economia. Além disso, nele é discutido o contato dos Krahô com as frentes agrícola e pastoril no século XIX, e o processos pelos quais os levaram a um *retirantismo*⁷ do sul do Maranhão ao nordeste do Tocantins.

3.1 – O povo indígena Krahô

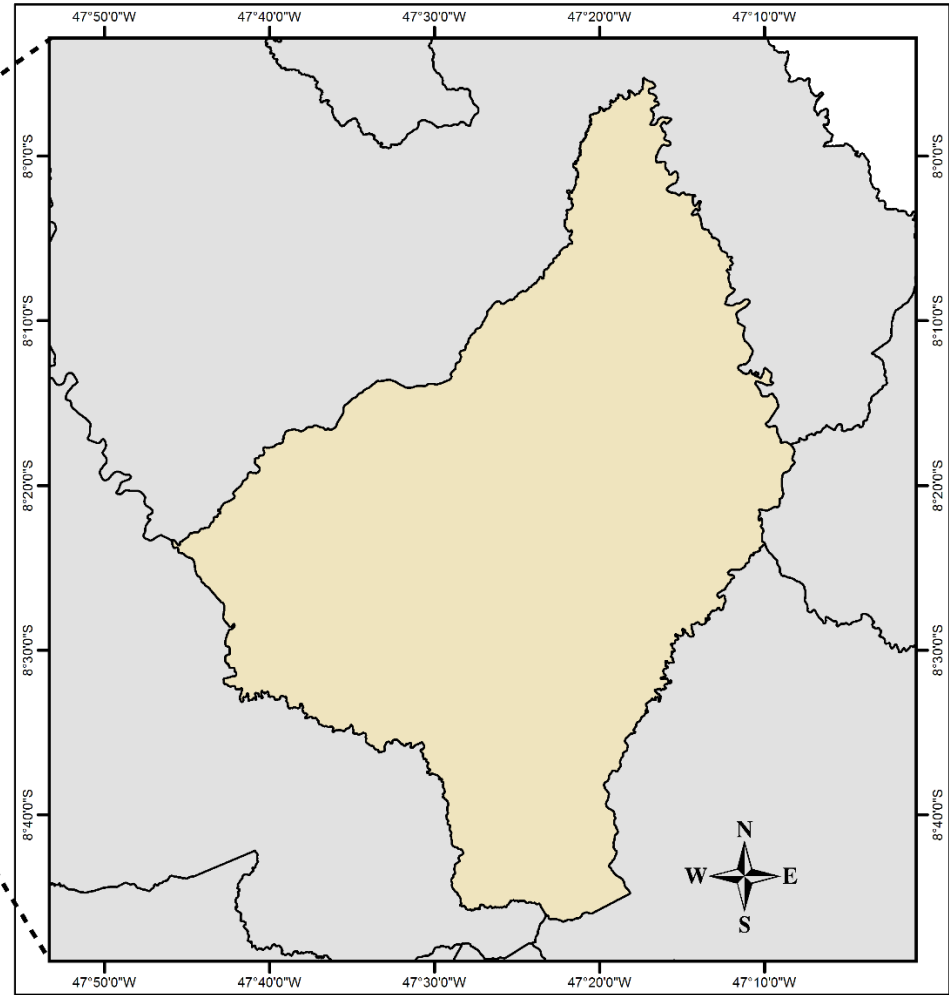
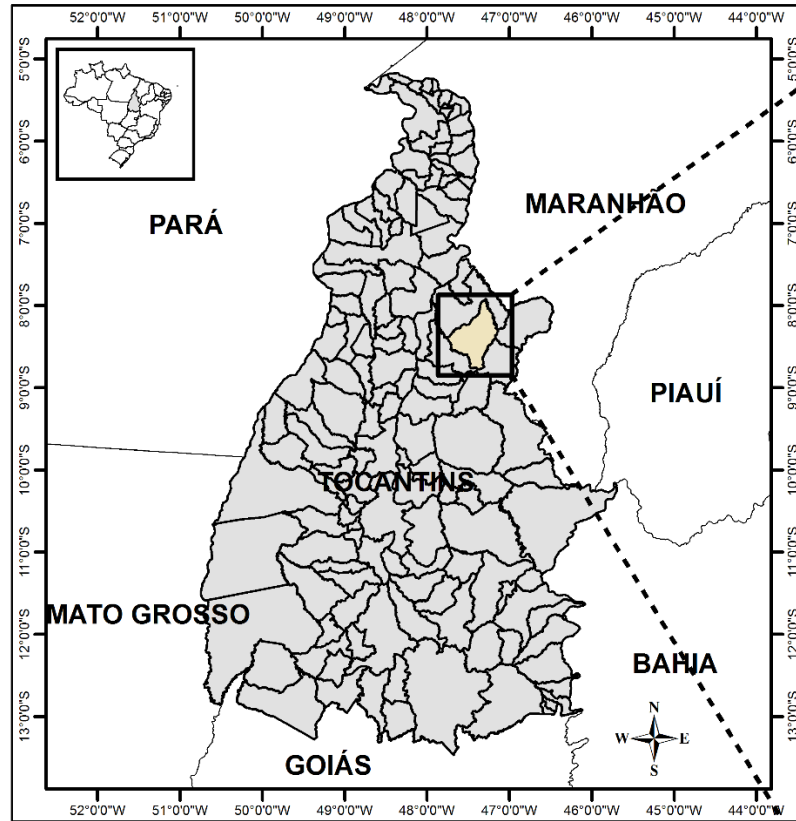
O povo Krahô vive na Terra Indígena Kraolândia, que está localizada a nordeste do Estado do Tocantins, conforme pode ser observado no **Mapa 1**, entre os municípios de Goiatins e Itacajá e os rios Manoel Alves Grande e Manoel Alves Pequeno, afluentes da margem direita do rio Tocantins, na microrregião do Jalapão. De acordo com levantamento feito pelo Distrito Sanitário Especial Indígena – Tocantins (DSEI – TO), em 2016, a reserva indígena Krahô tem uma população geral de aproximadamente 3.289 indígenas distribuídas em 29 aldeias. Os Krahô chamam a si mesmos de Mehĩ e aos não-indígenas de Cupẽ. Conforme Rodrigues (1986), a língua Krahô pertence ao Tronco Linguístico Macro-Jê e à família Jê.

O povo tem sua economia baseada principalmente na agricultura rudimentar de baixo impacto ambiental, embora existam outras atividades, como a coleta e pesca. Do cerrado, eles tiram aquilo o que necessário para sua sobrevivência e reprodução biológica, social e cultural. Essas atividades estão profundamente associadas ao conhecimento que os Krahô possuem sobre a natureza, seus ciclos e potencialidades.

⁷ Definição cunhada por Lira (2004) em **A Descontinuidade do território Krahô**. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia – 2004.

Mapa 1 – Localização do Território Krahô

MAPA DE LOCALIZAÇÃO - TERRITÓRIO KRAHÔ



	Território Krahô
	Tocantins
Fonte de dados: IBGE, SEPLAN - TO	
Organização: SANTOS, Alisson Almeida dos.	

A floresta cobre apenas cerca de um quinto da área do território indígena krahô, sendo o restante ocupado pelo cerrado. As matas acompanham os cursos d'água, os quais, dentro da reserva, podem, todos eles, ao menos na estação seca, ser atravessados a vau. Por isso os índios não necessitam de utilizar nenhum tipo de embarcação, a não ser para cruzar o rio Manoel Alves Pequeno diante da cidade de Itacajá, ou o rio Vermelho.

As roças indígenas têm lugar nas florestas. Em primeiro lugar se faz a "broca" e a "derrubada" nos meses de junho e julho. A "queimada" se realiza em agosto ou setembro, seguida pela "coivara". Já as caçadas se realizam individual ou coletivamente.

Durante a estação seca elas tem lugar sobretudo nas matas. Na estação chuvosa passam a ser no cerrado, pois, estando o cerrado úmido e verde, os animais vêm em busca de alimentos. Nesta estação, devido às chuvas constantes, o rastro dos animais fica mais nitidamente marcado no solo úmido, sendo fácil encontrar aqueles que deixaram seus abrigos logo depois de cada pancada de chuva.

Assim, na terra preparada através do roçado e da coivara, os Krahô cultivam principalmente: mandioca, milho, feijão, abóbora, batata doce, gergelim e arroz. Tudo isso, e outras mais, compõem a base alimentar do povo. A mandioca, por exemplo, é o principal ingrediente para o preparo do Paparuto, o mais importante e tradicional prato da cultura Krahô, que é preparado usando mandioca ralada e pedaços de carne, envolvidas em folhas de bananeira.

As aldeias se dão em formato de círculo, com um pátio também circular ao centro, local onde os Krahô daquela determinada aldeia reúnem-se para tomada de decisões, e suas casas têm como principal matéria prima a palha proveniente da piaçava, palmeira típica da região onde o povo vive, o cerrado. Segundo Melatti (1978, p.54), "suas práticas sociais e culturais são orientadas pela unidade familiar, ou seja, pelas relações de parentesco".

Uma das dicotomias entre o povo é a divisão nas metades Wakmëye e Katamyé. A qualidade de membro de uma dessas metades se confere segundo o nome do indivíduo. Portanto, a cada uma dessas metades corresponde um certo número de nomes pessoais.

O contato entre o povo Krahô e a sociedade envolvente vem desde a primeira metade do século XIX. Os Mehĩ foram encontrados, “pelos civilizados” no estado do Maranhão, habitando no baixo rio Balsas. O conflito entre os Krahô e os criadores de gado, que avançavam do Piauí para o sul do Maranhão, ocasionou um deslocamento compulsório de suas aldeias do Maranhão para o estado de Goiás (atual Tocantins). (MELATTI, 2009, p. 8).

Ainda segundo Melatti (idem) toda a história dos índios Krahô, a partir do momento em que entraram em contato “pacífico” com os civilizados, decorre dentro de uma área cortada pela fronteira Maranhão – Goiás (hoje Tocantins), limitada aproximadamente pelos rios Tocantins, Farinha, alto Itapecuru, Parnaíba, Perdida e Sono.

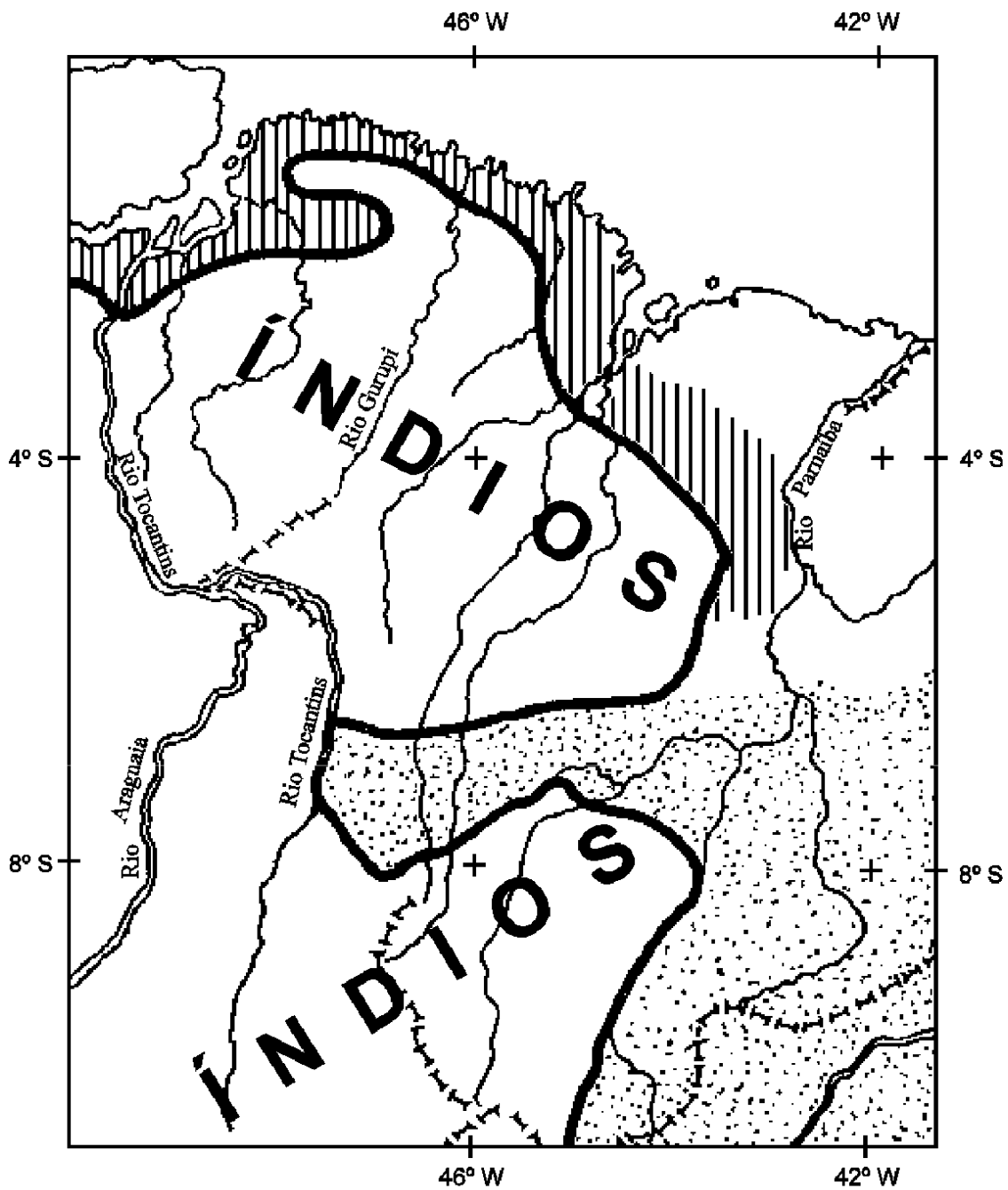
No início do século XIX, convergiam na direção dessa região duas frentes de povoamento caracterizadas por diferentes tipos de exploração econômica. Essas frentes eram a maranhense-paraense, de tipo agrícola, e a baiana, de tipo pastoril.

As duas frentes dependiam uma da outra, pois a área agrícola precisava do gado da pastoril para alimentar seus escravos, que trabalhavam na indústria do açúcar; a área de criação não necessitava tanto das mercadorias produzidas pela área agrícola, mas dos artigos que esta recebia por seus portos de mar: sal, bebidas alcoólicas, instrumentos de ferro, etc. (MELATTI, 2009, p. 11).

Tanto a frente agrícola como a frente pastoril consideravam os indígenas como um obstáculo à sua expansão, pois eles eram os possuidores dos territórios de que elas necessitavam.

Quando destribalizados, desorganizados ou simplesmente pacificados, a frente agrícola tentava absorver os indivíduos, sobreviventes à luta com os “brancos” e às moléstias por estes introduzidas, como mão-de-obra. A frente pastoril, por outro lado, não precisava da força de trabalho dos índios, pois se mantinha (a ainda se mantém) com número reduzido de trabalhadores; não lhe restava outra alternativa, senão aniquilá-los ou afastá-los para bem longe.

Figura 1: – Frentes agrícola e pastoril no início do século XIX



0 100 200 300 km

||||| Frente agrícola

..... Frente pastoril

**Maranhão:
frentes agrícola e
pastoril no início
do século XIX**

Fonte: MELATTI (2009, p. 13)

3.2 – A frente de expansão agrícola

Quando o segmento da sociedade brasileira, que entra em contato com os povos originários e comunidades remanescentes de quilombos, se caracteriza por uma economia de tipo agrícola, geralmente é constituído por uma massa humana ponderável; seus conflitos com essas sociedades, incluindo aí as indígenas, visam simplesmente tirar-lhes as terras, para poderem aumentar suas lavouras, e usar-lhes como mão de obra escrava.

Afetando de maneira acentuada o meio-ambiente em que vivem os índios, esse tipo de frente os obriga a se adaptar rapidamente às novas condições de vida para poder sobreviver. Um exemplo de modelo de frente agrícola foi o que se formou em alguns pontos do litoral brasileiro, ainda no século XVI, quando o interesse pelo pau-brasil começou a ceder lugar à cana-de-açúcar.

Isso se deu porque “o clima quente e úmido da costa brasileira era altamente favorável à monocultura da cana e, além disso, contava-se com a mão-de-obra dos indígenas que eram numerosos e relativamente pacíficos[...].” (PRADO JR, 1998, p. 32) Assim, os colonizadores que até então pouco interferiam na vida dos índios, passaram a invadir seus territórios com o objetivo de usar suas terras para o plantio da cana e a utilizar os próprios índios como trabalhadores escravos.

Mas, nesse contexto, os indígenas não se submeteram facilmente. Para se livrarem da escravidão e da situação de submissão, a princípio fugiam para longe dos centros coloniais, mas logo tinham que conviver com o fato de os colonos iam busca-los, que geralmente revidavam à altura, chegando a atacar estabelecimentos dos brancos.

Foi este um período agitado da história da história brasileira. Às guerras entre colonos e indígenas acrescentaram-se logo as intestinas destes últimos, fomentadas pelos brancos e estimuladas pelo ganho que dava a venda de prisioneiros capturados na luta. De toda esta agitação eram os índios naturalmente que levavam pior; mas nem por isso os colonos deixaram de sofrer muito. São inúmeros os casos conhecidos de destruição total dos nascentes núcleos; certos setores do litoral brasileiro sofreram tanto dos ataques indígenas que nunca

chegaram a se organizar normalmente[...] (PRADO JR, 1998, p. 35)

Outro exemplo da frente agrícola, que aconteceu mais recentemente, sobre a qual Melatti (2009, p. XX) fala quando se reporta ao processo de contato dos índios Krahô com os civilizados, e a qual nos interessa mais, é a frente originária do Maranhão e do Pará, que convergia para a área que estamos considerando com duas pontas, uma através do Tocantins e outra pelo vale do Itapecuru. Mesmo se os fatores que a animavam se mantivessem atuantes, talvez não continuasse a progredir na direção dos índios Krahô, pois, caracterizada pela agricultura do arroz e do algodão com base na mão-de-obra escrava, preferia grandes florestas que o sul do Maranhão e o norte de Goiás não lhe poderiam oferecer.

Vale lembrar que a princípio não houve o contato direto dos índios krahô com a frente agrícola. Mesmo assim, teremos de considerar esta área porque, como veremos mais adiante, suas relações com a área pastoril tiveram consequências significativas para a situação de contato entre índios e civilizados. De acordo com Melatti (2009, p. 08)

Esta área agrícola ocupava as margens do Tocantins junto à sua foz, os arredores de Belém, o vale do Guamá, o litoral nordeste do Pará, o norte do Maranhão e o vale do Itapecuru até Caxias. O espaço pelo qual se estendia não fora totalmente desbravado por ela. Herdara-o na sua maior parte daqueles que, no século XVII, tinham estabelecido a cultura da cana e a indústria do açúcar no litoral, dos coletores de especiarias e dos aldeamentos estabelecidos pelos missionários.

Por isso, nessa área, ao lado da agricultura comercial, subsistia a coleta de essências, sobretudo no Pará e nos velhos aldeamentos que tinham perdido a direção missionária desde os meados do século XVIII, transformados então em vilas à maneira dos núcleos civilizados; além disso, as terras mais próprias à pecuária que à agricultura, como os campos da metade nordeste da ilha de Marajó e os da vizinhança do Golfão Maranhense, eram utilizadas para a criação do gado. Isso sem contar a pesca litorânea e a agricultura de subsistência. (MELATTI, 2009, p. 08)

O florescimento da agricultura do algodão e do arroz no Maranhão e no Pará fundava-se então, no dizer de Furtado (2007, pp. 109-113), em condições

de anormalidade que prevaleciam no mercado mundial de produtos tropicais. De fato, em 1755 fora criada pelo governo português a "Companhia Geral do Comércio do Maranhão e Grão-Pará", que viria a ser extinta em 1788.

Essa companhia tinha o propósito de estimular os agricultores, fornecendo-lhes crédito, escravos africanos e ferramentas, estimulou o plantio do algodão, introduziu o arroz branco de Carolina. Ao mesmo tempo, na Europa se iniciara a Revolução Industrial e o consumo de algodão aumentara, fazendo crescer a indústria têxtil, pois os progressos técnicos do século XVIII permitiram o seu aproveitamento quase ilimitado, tornando-o a matéria-prima industrial do momento, sobrepujando a procura do linho e da lã (PRADO JR., 1998, pp. 88-90; SIMONSEN, 1978, p. 371).

O arroz, por sua vez, encontrava bom mercado entre as populações do sul da Europa. A guerra de independência, que transformaria as colônias inglesas da América do Norte nos atuais Estados Unidos, veio fomentar ainda mais a lavoura desses produtos no norte do Brasil. As colônias inglesas eram até então os maiores produtores tanto de arroz como de algodão e a guerra da independência lhes iria perturbar temporariamente a produção e exportação dessas mercadorias. Isso propiciou o desenvolvimento e capitalização da produção maranhense e paraense.

Esse é o período das guerras napoleônicas, da independência dos países da América Espanhola de movimentos nas colônias francesas das Antilhas. Baseada, pois, em condições anormais, a prosperidade do Pará e do Maranhão estava fadada a terminar, assim que tais lutas acabassem e as atividades normais de outras zonas produtoras, bem como a normalidade dos transportes marítimos, se restabelecessem. Tanto em arroz como em algodão a cultura do Maranhão era muito superior à do Pará. (MELATTI, 2009, p. 10)

Essa frente agrícola originária do Pará e do Maranhão, embora não tivesse tido contato direto com os índios Krahô, tinha relação com a frente de expansão pastoril, que por sua vez fez com que os mesmos atravessassem o rio Tocantins, vindo para o então norte Goiano, no início do século XIX.

Em suma, podemos dizer que no Brasil a história do contato dos povos indígenas com a sociedade não-indígena é a própria história das frentes de expansão das atividades econômicas. Como foi dito, uma delas foi a frente

agrícola, que no primeiro e no segundo séculos de Brasil ocupava sobretudo sua faixa litorânea e usava a mão-de-obra escrava dos indígenas. A partir de algumas circunstâncias de ordem econômica, essa frente começou a se interiorizar, atingindo por onde passava sociedades indígenas, dentre elas a Krahô.

3.3 – A frente de expansão pastoril

A outra frente, que é a mais importante para o estudo de caso que estamos pesquisando, era caracterizada pela pecuária. É a mais importante porque manteve relação direta com os índios Krahô.

O gado introduzido na Bahia e em Pernambuco no século XVI tinha como principal consumidor a indústria do açúcar: a carne de boi alimentava os escravos, além disso, eram os bois que puxavam nos carros a cana para os engenhos, os quais, por sua vez, eram movidos por tração animal. Não interessava, porém, aos produtores de cana, por temor de possíveis estragos e prejuízos, que o gado fosse criado perto de suas plantações, que poderia facilmente destruir.

Por isso as atividades pastoris tinham lugar longe da área agrícola. “Confirmava esse modo de agir uma Carta Régia de 1701, que proibia a criação a menos de dez léguas da costa.” (MELATTI, 2009, p. 12). Assim, aos poucos o gado foi sendo dirigido para o interior do país, para aquelas terras menos férteis, impróprias à lavoura. Por onde passava essa frente, geralmente ela estabelecia um contato violento com as sociedades indígenas, a partir de uma lógica diferente a da frente agrícola: não em termos de violência, é claro, mas de interesses econômicos.

O impacto entre o índio e o invasor europeu assume nessas fronteiras de expansão pastoril a mesma violência de que se revestiu a penetração na floresta tropical. Mas ela é aqui atenuada porque ao criador não interessa o concurso do índio como mão de obra e, sobretudo, porque se constituía em

sociedade mais bem estruturada [...]. O fulcro das discórdias estava na posse da terra que o criador queria limpar dos ocupantes humanos para encher de gado e no problema criado para o índio com a liquidação da caça, que o privava de uma insubstituível fonte de subsistência. (RIBEIRO, 2017, p. 57)

De acordo com Velho (2009, p. 17-18), a expansão da pecuária no Brasil nos seus primeiros tempos esteve intimamente ligada à economia açucareira. De início o consórcio entre o açúcar e o gado vacum vindo de Cabo Verde era inclusive geográfico. Tratava-se simplesmente dos animais necessários ao funcionamento da plantation. Todavia, a própria expansão da economia açucareira obrigou a que se reservassem as férteis terras próximas ao litoral para a cana. Na qualidade de atividade subsidiária, e impulsionada pelo dinamismo da atividade principal, o gado vai aos poucos se internalizando. Sobre a frente pastoril, Velho (2009, p. 18) ainda fala que:

[...] dentro do sistema produtivo empregado, a exigência de mão-de-obra era pequena, cada vaqueiro podendo cuidar de duzentas a trezentas reses. A partilha constituía a base das relações de trabalho: em geral, depois de cada cinco anos, o vaqueiro recebia, como pagamento de seus serviços, a quarta parte das crias. Assim, depois de algum tempo, podia estabelecer-se por conta própria.

Prado Jr (1998, p. 29-31) diz que no final do século XVII as atividades açucareiras no Brasil estavam na decadência, pois já a produção antilhana concorria vitoriosamente com a da América Portuguesa. A mesmo tempo, entretanto, que se perdiam os mercados para a colocação do açúcar, iniciava-se, ao findar o citado século e no limiar do seguinte, a exploração do ouro, primeiramente em Minas e logo depois em Mato Grosso e Goiás. O gado passou então a ser dirigido às áreas de mineração, para a alimentação dos escravos que aí trabalhavam.

Percebemos, pois, que a criação de gado constituía uma atividade subsidiária, cuja razão de ser estava antes de tudo definida por outra, como a indústria açucareira ou a mineração, que formavam o seu mercado. Ou seja, a frente pastoril se expandia em função de outras frentes de exploração econômica.

No entanto, a pecuária tinha uma vida própria que lhe permitia subsistir mesmo se diminuísse consideravelmente a procura de seus produtos, como quando decaiu a cultura da cana no fim do século XVII ou a mineração no fim do século XVIII, pois, enquanto havia terras vazias (vazias de civilizados, mas ocupadas por índios) para ocupar, a simples reprodução biológica dos rebanhos e da mão-de-obra aplicada em seu cuidado permitia o estabelecimento de novas fazendas.

A carne do gado e uma agricultura de subsistência bastavam para alimentar a população, aliás pouco densa, ligada a esse tipo de trabalho. De acordo com Melatti (2009, p. 11), no Brasil Colonial podemos distinguir duas áreas de criação de gado:

[...] uma no Nordeste e outra nos campos meridionais, sobretudo os do Rio Grande do Sul. É na primeira que estamos interessados. Ela teve origem em dois pontos diversos: Salvador (Bahia) e Olinda (Pernambuco). O gado foi introduzido nesses dois núcleos ainda no século XVI. O gado pernambucano ocupou a costa da Paraíba e a do Rio Grande do Norte, avançando depois para o interior até atingir o Ceará.

Dos arredores de Salvador, com a conquista de Sergipe, o gado baiano foi levado até as margens do rio São Francisco, também alcançadas pelo gado pernambucano, atravessou-o e penetrou na bacia do Parnaíba. Atravessaria finalmente este rio para penetrar no sul do Maranhão, por volta de 1730; será nesta última área que entrará em contato com os Krahô;

[...] mas não parou aí: no século XIX, continuando seu avanço, atravessou o Tocantins, penetrando no norte de Goiás, onde encontrou os apinajés; finalmente, nos últimos anos do mesmo século, cruzando o Araguaia, entrou no Pará estabelecendo contacto com os caiapós (os de Pau d'Arco). Essa mesma frente, ainda no período colonial, avançou do Piauí para o Ceará, onde se deteve diante da frente originária de Pernambuco. (MELATTI, 2009, p. 11)

A descoberta das minas de ouro trouxe outros interesses para a frente e fez com que o gado estabelecido no baixo e no médio São Francisco subisse este rio na direção de Minas Gerais, que alcançou, finalmente. Neste mesmo período o gado do São Francisco penetrou também em Goiás. No início do

século XIX a frente pastoril baiana, na sua direção noroeste, chegara à margem direita do Itapecuru de Caxias para cima.

Prolongava-se numa ponta que se dirigia para oeste, intrometendo-se entre a margem esquerda do Balsas e a direita do alto Itapecuru, detendo-se no Tocantins, na região compreendida entre as fozes dos rios Farinha e Manoel Alves Grande. Era ainda esta mesma frente criadora, talvez também com gado pernambucano, que em Goiás tinha seus limites setentrionais nas vizinhanças de Porto Real (atual Porto Nacional) (sobre a expansão das frentes pastoris baiana e pernambucana, vide Melatti (2009, p.11-12) Prado Jr (1998; p. 74-76).

A penetração do gado em Goiás esteve ligada ao período da mineração. A exploração das jazidas auríferas foi, sem dúvida, o motivo do povoamento de Goiás. Os mineradores avançaram, de um modo geral, do sul para o norte.

De acordo com Melatti (2009, p. 11-12) no período do apogeu da mineração, quando todos se dedicavam a esta atividade, como poucos eram os que cuidavam da produção de alimentos, estes tinham de ser buscados fora da capitania. O gado passou então a ser procurado no vale do São Francisco, sendo trazido para Goiás através das gargantas que o ligavam à bacia do Tocantins. Como a decadência das minas, a população do norte goiano procurou subsistir aplicando-se às atividades pastoris.

3.4 – A relação das duas frentes de expansão

A área agrícola precisava do gado da pastoril para alimentar seus escravos; a área de criação não necessitava tanto das mercadorias produzidas pela área agrícola, mas dos artigos que esta recebia por seus portos de mar: sal, bebidas alcoólicas, instrumentos de ferro, etc. Quanto aos alimentos vegetais para consumo da população local, seu plantio se fazia em ambas as áreas.

A presença da cultura de subsistência na área de agricultura comercial nos é atestada vagamente por Baena (1839) *apud* Melatti (2009, p. 12), quando

diz, referindo-se ao Pará: "Da própria mandioca poucos fazem avultada cultura: esta plantação parece privativa dos cultores de acanhados prédios, pois entre estes ela é tão certa como a do arroz e do algodão entre os lavradores que possuem escravos". Francisco de Paula Ribeiro (1874, p. 83) é mais claro ao explicar como o vaqueiro providenciava sua subsistência e a de seus ajudantes ("fábricas") na área pastoril do sul do Maranhão:

[...] a prática em semelhantes casos é destinar uma vaca, a que chamam matalotagem, para seu sustento de cada mês, na despesa das quais em algumas fazendas menos fartas entra o vaqueiro com o quarto que lhe toca descontado afinal, e a esta condição chamam pagar a morta. Os mesmos fábricas cuidam também das roças de que tiram os legumes e o pão da terra, e, entretanto, que elas não o produzem, fornece-lhes o fazendeiro.

A agricultura de subsistência não merecia, porém, muito cuidado na área agrícola, preocupados que estavam os senhores das plantações na produção de gêneros exportáveis. Daí o fato de pairar sempre uma ameaça de fome sobre esta área. Por sua vez, a área pastoril não podia suprir as necessidades de alimentação vegetal da área agrícola, sobretudo por causa da dificuldade de transporte. (RIBEIRO, 1870, p. 51-65).

É preciso lembrar que a área agrícola não dependia exclusivamente para seu abastecimento de carne da região pastoril do interior. Já tivemos ocasião de nos referir aos campos de criação próximos do litoral maranhense e aos da ilha de Marajó. A interdependência econômica das duas áreas, por conseguinte, não era absoluta. Nenhuma delas dependia inteiramente da outra, pelo menos na parte referente à alimentação.

Para a compreensão da situação em que se encontravam os Krahô ao entrarem em contato com os civilizados, é necessário destacar algumas características da área pastoril e da área agrícola. Embora os Krahô não tenham tido contato direto com esta última, uma referência, ainda que superficial, à sua estrutura é básica para se entender a articulação das duas áreas com relação ao problema do deslocamento, espontâneo ou forçado, da mão-de-obra.

A primeira característica que nos salta à vista é a fraca densidade demográfica da área pastoril. Isso decorria da própria técnica de criação utilizada. O gado era criado à solta e com pouco cuidado, alimentando-se da

vegetação nativa. Como esta era de fraco valor nutritivo, umas poucas cabeças de gado necessitavam de muitos hectares de pasto. Por sua vez um só indivíduo bastava para cuidar de um grande número de animais. Portanto, uns poucos homens e o gado de que cuidavam podiam ocupar uma imensa área.

A segunda característica da área pastoril, também em flagrante contraste com a agrícola, era a utilização da mão-de-obra livre de preferência à escrava. Não necessitando de mão-de-obra numerosa, encontravam-se trabalhadores em número mais que suficiente.

Francisco de Paula Ribeiro (1874, pp. 41-42) nos dá uma boa idéia da diferença notável do número de escravos de uma e de outra área, quando falada capitania do Maranhão: Ribeiro (1870, p. 65) no trecho: "Os senhores das fazendas ou criadores de gado exigem poucos assalariados, e ainda muito menos escravos, suprindo com seus próprios filhos os cuidados daquele maneio".

Podemos ainda apontar uma terceira diferença entre as duas áreas: as oportunidades de ascensão social que ofereciam aos trabalhadores. Na área agrícola a população estava dividida, de um modo geral, em senhores e escravos. Estes, não é preciso dizer, nasciam e morriam na situação de cativos e viam tudo que produziam ficar nas mãos de seus donos.

O mesmo motivo que levava à expansão da área dedicada à agricultura comercial, isto é, o crescimento da procura de seus produtos, fazia com que maior número de escravos fosse necessário e desestimulava qualquer medida que viesse melhorar sua situação de cativos. O trabalho estava organizado de outra maneira na área pastoril.

3.5 – A aliança dos krahô com os criadores de gado

A história do contato dos índios Krahô com os civilizados vem confirmar o que dissemos sobre a incapacidade de absorção de mão-de-obra pela área

pastoril. E essa incapacidade é que determinou, como já dissemos, de certa maneira, o modo de agir da frente criadora para com os índios.

Paradoxalmente, os Krahô estabeleceram a princípio, de modo tácito, uma associação com os criadores de gado. Não foram absorvidos pela sociedade pastoril; continuaram ao lado dela, mantendo seu modo próprio de viver. Em troca da paz com os "brancos", os Krahô deviam ajudá-los a guerrear e escravizar os grupos indígenas vizinhos, timbiras ou acuéns, tomando-lhes os territórios.

Essa aliança perde o seu caráter paradoxal quando ressaltarmos que ela era apenas temporária: assim que os demais indígenas estivessem aniquilados, dizimados ou afastados, os próprios Krahô não teriam mais utilidade para os fazendeiros e seriam eles mesmo suas vítimas.

Os Krahô, diante do avanço da frente pastoril, tiveram de recuar, expulsando por isso, a fim de obter um novo território, os xavantes para a margem sul do Manoel Alves Grande. Entretanto, ainda faziam incursões sobre o território de onde tinham sido afastados: assim, em 1808 incendiaram a fazenda do Saco, tirando as vidas aos seus proprietários; em 1809 destruíram um dos maiores estabelecimentos da Ribeira do Balsas, denominado Vargem da Páscoa.

Em resposta ao que aconteceu, Manoel José de Assunção atacou uma de suas aldeias auxiliado por 150 paisanos e 20 "soldados de linha" que lhe concedera o Sargento-mor Francisco de Paula Ribeiro. Os atacantes fizeram mais de 70 prisioneiros, que foram enviados a São Luís.

Esses primeiros choques com os criadores de gado fizeram com que os Krahô se deslocassem na direção do ocidente de modo que chegassem até às margens do Tocantins e alguns mesmo as atravessassem para oeste (RIBEIRO, 1874, p. 66). Foi aí que os encontrou o comerciante Francisco José Pinto de Magalhães. Na margem direita do Tocantins, três léguas abaixo da foz do rio Manoel Alves Grande, este comerciante lançou em 1808 os fundamentos da povoação de São Pedro de Alcântara (atual Carolina). Magalhaes.

Aproveitando-se das inimizades entre os diversos grupos timbiras, agravadas pelos sucessivos deslocamentos e choques entre eles face ao avanço da frente pastoril, que acabara de alcançar o Tocantins (MELATTI, 2009, p. 15). Francisco de Magalhães passou a fazer a guerra aos demais grupos indígenas auxiliados pelos Krahô. E foi desse modo que os Krahô se transformaram num instrumento dos criadores de gado para conquistarem aos demais índios a área de que precisavam para a expansão de suas fazendas.

Coube, portanto, aos Krahô um papel especial neste processo de esvaziamento da área: o de aliados dos criadores contra os demais indígenas. Eram, pois, um instrumento na mão dos civilizados. Para os índios havia duas aparentes vantagens nessa aliança. Em primeiro lugar tinham o apoio dos civilizados, mais em armas talvez do que em homens, para lutar vantajosamente contra outros indígenas; e em segundo lugar havia a oportunidade de roubar gado dos fazendeiros acusando deste ato os grupos inimigos (RIBEIRO, 1841, p. 321), agravando ainda mais a situação destes em face dos criadores.

Ambas as sociedades em contato faziam duplo jogo: os Krahô, ajudando os "brancos" a destruir os outros índios, ao mesmo tempo se utilizavam de seu gado; os civilizados, auxiliando os Krahô a combater seus inimigos, faziam com que destruíssem sociedades semelhantes à sua própria, aniquilando e apresando indivíduos que talvez pudessem ajudá-los se por acaso tivessem de enfrentar os "brancos".

Acrescentamos que, comparando lucros e perdas, essa aliança só favorecia aos criadores, pois, sendo difícil reunir dentre a população esparsa e mal armada (RIBEIRO, 1841, pp. 444-445) uma força capaz de esvaziar de índios a área necessária à expansão dos rebanhos, tinham nos Krahô uma tropa permanente.

Para estes últimos a aliança era sua própria ruína a longo prazo: diante dos civilizados eles em nada diferiam daqueles que combatiam, pois eram igualmente ocupantes de uma área cobiçada e "ladrões" de gado; destruindo os outros grupos, apenas estavam apressando a vinda do momento em que eles próprios, eliminados todos os outros, seriam obrigados a se afastar da área que ocupavam ou sucumbir diante de algum ataque de fazendeiros.

De acordo com Melatti (2009, p. 19), os primeiros choques com os criadores de gado fizeram com que os Krahô se descolassem na direção do ocidente, conforme pode ser observado na **Figura 2**, de modo que chegassem até às margens do rio Tocantins.

Paradoxalmente, após meio século onde os indígenas mantiveram-se numa espécie de servidão aos sertanistas e aos criadores de gado, “[...] os Krahô viram-se na situação de descartados, não serviam mais para caçar índios bravos, pois os únicos índios que ainda existiam ali eram eles mesmos. [...]”(LIRA, 2014, p. 22)

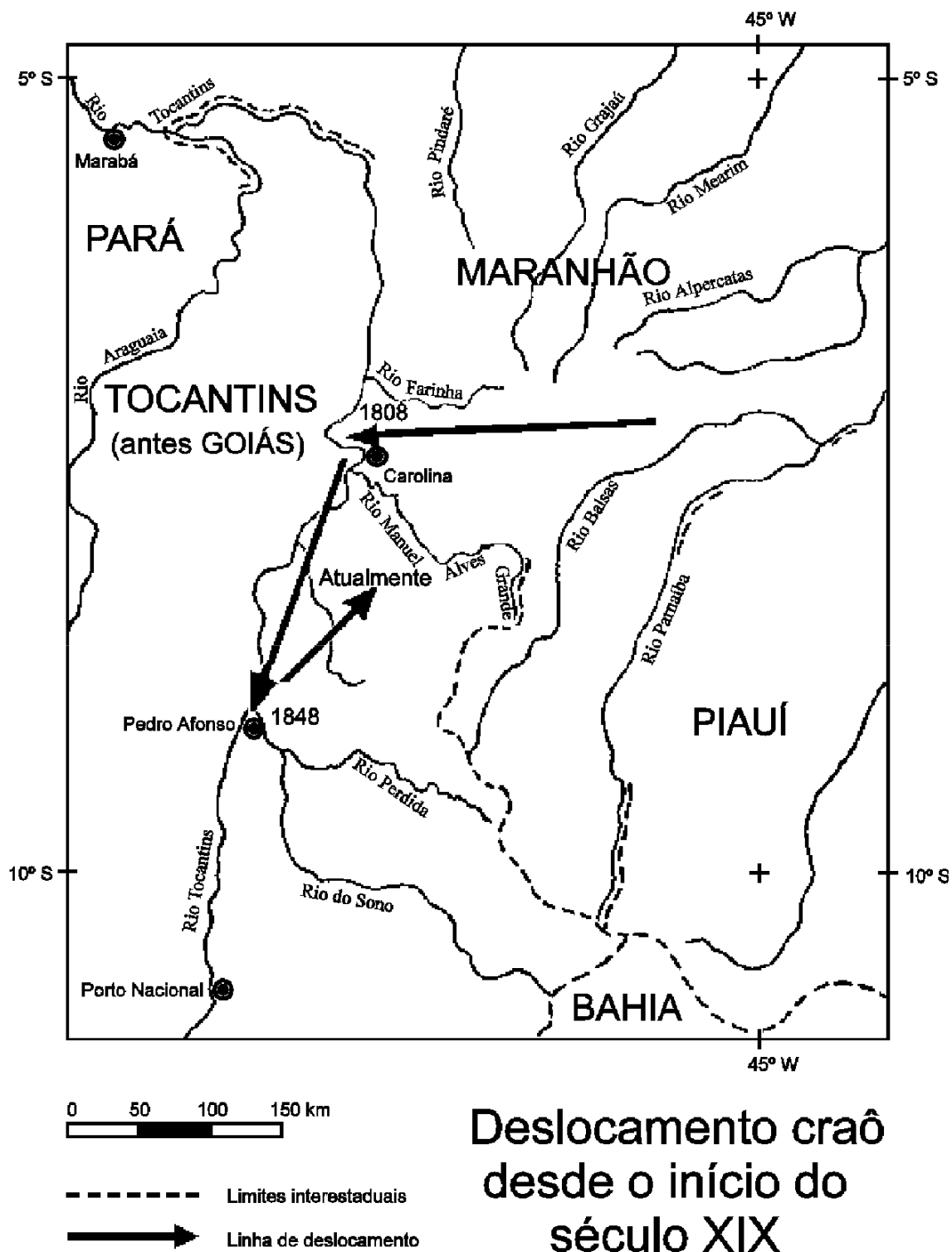
Desse modo, a permanência dos indígenas naquela região colocava em risco a economia regional. Em 1848, o Frei Rafael de Taggia, a perdido dos criadores de gado e sobretudo com objetivos missionários, transferiu os Krahô para o aldeamento que ele mesmo criou, em Pedro Afonso, a nordeste do Estado do Tocantins.

Ao mesmo tempo em que se procurava trazer os índios para a religião Católica, satisfaziam-se os interesses da frente pastoril. O segundo propósito, de maneira objetiva, o próprio Frei Rafael o indica: “Habitam pacificamente as suas terras entre os confins desta província com a do Maranhão, e tendo dado aos fazendeiros motivos para queixas, foram removidos, e agora compõem a aldeia de Pedro Afonso. [...]”(TAGGIA, 1898, *apud* MELATTI, 2009, p. 25).

Todavia, os Krahô não permaneceram no lugar onde os havia estabelecido Frei Rafael, próximo a Pedro Afonso – TO, mas foram se deslocando para o norte, vindo a ocupar o seu território atual (entre os municípios de Goiatins e Itacajá).

Contudo, não dispomos de informações precisas para afirmar que este deslocamento aconteceu por etapas, paulatinamente, ou se de uma só vez, de um salto, que é tese de Melatti (2009). Lira (2012, p. 49) acredita na segunda hipótese, pois “ recorrendo às coleções de fotografias aéreas da região do entorno de Pedro Afonso (um raio de aproximadamente vinte quilômetros), não nos foi possível encontrar com precisão” resquícios de antigas aldeias.

Figura 2: – Deslocamento dos índios Krahô na primeira metade do século XIX



Fonte: MELATTI (2009, p. 9)

3.6 – O massacre de 1940 e o processo de demarcação da Kraolândia

Em 1940 duas aldeias Krahô foram cruelmente atacadas no mesmo dia por dois fazendeiros da região. Um deles, maranhense, tinha por sogro um juiz de Pedro Afonso; o outro, goiano, pertencia à família que até então tinha mantido o mais forte laço de amizade com os índios⁸. Esse massacre foi sintomático, pois pode ser considerado o apogeu da situação de tensão (conflito) entre os índios e os criadores de gado – e, sobretudo, a ambição dos segundos sobre as terras dos primeiros. Além disso, atestou a ausência do Estado naqueles rincões “sem lei”.

Há controvérsias quanto ao número exato de indígenas mortos nesse fatídico episódio. Enquanto Melatti (2009, p. 27) fala que foram exatamente vinte e três mortes, Lira (2012, p. 61) discorda, apoiando-se na carta que o missionário batista Francisco Colares escreveu fazendo denúncia do ataque às autoridades federais:

[...] assassinaram mais de oitenta pessoas entre elas muitos velhos e crianças. A carta de Colares não é importante só pelos detalhes dramáticos de seu relato, mas por ter sido ele a pessoa que estava na área indígena Krahô no dia do ataque. Ele assistiu os feridos, ajudou a reunir os debandamos e além de tudo isso foi através de suas denúncias [...] que as autoridades federais tomaram ciência dos fatos[...] (LIRA, 2012, p. 61)

Por outro lado, o massacre de 1940 despertou a atenção das autoridades nacionais e fez com que o território indígena fosse demarcado. Finalmente, pelo Decreto-lei nº 102, de 5 de agosto de 1944, o Dr. Pedro Ludovico Teixeira, então interventor Federal em Goiás, cedia uma área de terra aos índios Krahô, com aproximadamente 320 mil hectares: Assim dizia o referido documento:

"O interventor Federal no Estado de Goiás, usando da atribuição que lhe confere o art. 6º, nº V, do decreto lei nº 1.202, de 8 de abril de 1939, e devidamente autorizado pelo Presidente da República, decreta: Art. 1º - São concedidos aos índios Craós o uso e gozo de um lote de terras pertencentes ao Estado denominado "Craolândia", situado no distrito de Itacajá, do Município de Pedro Afonso, medindo trezendo e dezenove mil oitocentos e vinte e sete (319.827) hectares, sessenta e um (61)

⁸ idem (p. 27)

ares e cinco centiares, e limitado: ao norte, pelo ribeirão dos Cavalos e rio Riozinho; ao sul, pelo ribeirão Cachoeira e rio Gameleira; ao este, pelos rio Vermelho e Suçuapara e ao oeste, pelo rio Manoel Alves Pequeno, ficando, todavia, ressalvado expressamente que a União regularizará as ocupações, porventura existentes nesse terreno.

Art. 2º - O lote indicado no artigo anterior fica sujeito ao regime estabelecido pelo artigo 154 da Constituição para as terras em que os índios já se acham localizados em caráter permanente. (Diário Oficial do Estado de Goiás, de 10-8-1944, ano I, nº 156, p. 1 apud MELATTI, 2009, p. 28)

Contrariando as expectativas, a demarcação não pôs ponto final na tensão entre os índios e os criadores de gado e regionais. Muito pelo contrário, a cobiça pela área indígena continuava a mesma, ou se não maior. Atualmente, os índios Krahô vem sofrendo com outra frente, que no século XIX também contribuiu com o seu deslocamento do sul do Maranhão para do Tocantins, a frente agrícola, metamorfoseada no que podemos chamar de frente do agronegócio.

Dentro dessa lógica de tensão e conflito, não só os índios Krahô, mas também a maioria dos povos indígenas do Brasil, têm buscado resistir em seus territórios. O avanço da frente do agronegócio tem colocado em risco a sobrevivência dos povos originários, ao sabor da mundialização da agricultura. Há, portanto, territórios em constante disputa: de um lado, os povos indígenas, do outro, os grandes latifúndios e as elites agrárias. É a partir de relações de poder desiguais que a questão territorial no campo brasileiro vai se delineando.

4. CAPÍTULO III – A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NO NORDESTE DO ESTADO DO TOCANTINS E OS ÍNDIOS KRAHÔ

Como já dissemos no capítulo anterior, do século XIX até meados do XX, no sul do Maranhão e depois no nordeste do Tocantins, a vida dos índios Krahô sofreu forte influência das frentes agrícola, que era a maranhense-paraense, e a pastoril, vindo da Bahia. Após quase dois séculos desde que aquele povo foi “encontrado”⁹ pelos civilizados e após migrarem do Maranhão para o Tocantins (e depois dentro do último) devido a sucessivos casos de sujeição, violência e assassinatos, hoje os Krahô sofrem com a expansão do agronegócio na região onde vivem.

As políticas públicas direcionadas ao campo muitas vezes favorecem mais os setores ligados ao agronegócio em detrimento dos camponeses, indígenas, quilombolas, etc. E isso não é por acaso, pois as instâncias dos poderes, principalmente o Poder Legislativo, são compostas por latifundiários. Desse modo, nesse capítulo pretendemos discutir a atual situação dos índios Krahô e expansão do agronegócio no nordeste do estado do Tocantins, observando a situação de fronteira em que se encontram.

4.1 – A expansão do agronegócio no cerrado e no estado do Tocantins

A expansão da fronteira agrícola e pecuária no Cerrado brasileiro, nas últimas quatro décadas, segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), já levou à perda total ou à degradação de 52% do bioma, colocando prementes ameaças para seu futuro e para as formas de vida tradicionais de seus habitantes. Desde a década de 1970, atividades intensivas e extensivas como a pecuária e as monoculturas de soja, cana-de-açúcar e

⁹ Melatti (2009)

eucalipto, têm levado a intenso desmatamento e degradação dos solos, mudando de forma dramática a paisagem e alterando de forma igualmente abrupta a vida dos povos do cerrado, como camponeses, indígenas, quilombolas e outros.

Para entendermos as particularidades e a lógica da expansão do agronegócio no cerrado e no estado do Tocantins, precisamos nos remeter a alguns programas e políticas públicas direcionadas ao setor, são ações governamentais que estão muito bem expressas em Santos (2015; 2017; 2019).

Santos (2017; 2019) diz que o processo de modernização no país começa com a chamada Marcha para Oeste, em 1943, e a intervenção direta do Estado para acelerar o deslocamento dos típicos agentes da frente pioneira sobre territórios, novos, em geral já ocupados por aqueles que haviam se deslocado com a frente de expansão.

Esse processo de modernização na agricultura tem acentuado as transformações sócio-territoriais do espaço agrário por todo o país. Todavia, esse é um processo que atualmente se desenvolve mais nas regiões consideradas como fronteiras agrícolas, especificamente nos estados que formam a Amazônia Legal, a exemplo do Tocantins.

Para entender este processo precisamos ter uma compreensão como se distribui geograficamente o processo de modernizando na agricultura no Tocantins. Como diz Oliveira (1997), o modo capitalista de produção na agricultura desenvolve-se de maneira desigual e, contraditoriamente, combinado. Desigual porque escolhe ou elege áreas de terras mais próprias para o uso das novas tecnologias. Combinado porque o capital tem o apoio de governos e órgãos públicos para se estabelecer e, contraditório, porque não propõe uma redivisão fundiária e uma reforma agrária de natureza camponesa.

Estado criou programas de incentivos fiscais, de financiamentos e fomento para viabilizar o crescimento econômico. Programas como o POLONOROESTE, POLOCENTRO, PRODECER, POLAMAZÔNIA, etc. foram fundamentais para oxigenar os empreendimentos econômicos. Os resultados das políticas de implantação destes programas são marcados pelo investimento

de capitais nacionais e estrangeiros visando a inserção da região ao mercado internacional de *Comodities*.

Em maio de 2015, como uma forma de coroar todo esse processo de expansão, o governo brasileiro criou a região especial conhecida como MATOPIBA¹⁰, situada na região norte do Cerrado (onde ainda existe grande parte de sua cobertura vegetal original), o que daria o marco legal indispensável a uma ocupação ainda mais intensiva do bioma por parte do capital financeiro e agroindustrial, sobretudo visando à exportação de *commodities* agrícolas.

Em verdade, o projeto expansionista da frente do agronegócio sobre a região não teve início com o decreto Nº 8.447 - 06/05/2015, o qual dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA (PDA – MATOPIBA) mas é bem anterior, tampouco teve fim com a revogação do mesmo pelo então presidente Michel Temer.

É tão tanto que, segundo a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) durante o período de 2001 a 2013¹¹, enquanto a safra de grãos cresceu, em média, 3,5% no Brasil, chegou a atingir 20% ao ano no MATOPIBA. Apenas quatro culturas (soja, milho, algodão e arroz) ocupavam cerca de 90% dos mais de 4 milhões de hectares de lavoura, concentrados em dez municípios, na divisa entre os estados integrantes da região.

De acordo com a CONAB, na safra 2017/2018, a região respondeu por aproximadamente 11% da produção nacional de grãos de soja. Portanto, mesmo após o governo de Michel Temer revogar o Decreto de criação do MATOPIBA, a dinâmica expansiva continuou e cada vez há mais relatos de arbitrariedades e violência contra as comunidades locais.

Nessa região compreendida como a última fronteira agrícola, há 42 unidades de conservação, 28 terras indígenas e 865 assentamentos de reforma agrária e 34 áreas quilombolas, num total estimado em quase 17 milhões de hectares de áreas legalmente atribuídas, conforme pode ser observada na tabela

¹⁰ A sigla resulta de um acrônimo criado com as iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Essa expressão designa uma realidade geográfica que recobre parcialmente os quatro estados mencionados, caracterizada pela expansão de uma fronteira agrícola.

¹¹ Antes do decreto que criou o MATOPIBA.

e no mapa a seguir. Além disso, ainda há áreas de conservação e territórios indígenas e quilombolas ainda em processo de estudo e regularização. Esses números são preocupantes, pois revelam o quanto a região é visada pelo agronegócio, onde residem populações camponesas, indígenas e quilombolas.

Quadro 2: - Áreas legalmente atribuídas:

IDENTIFICAÇÃO:	QUANTIDADE:	ÁREA (ha):
Unidades de Conservação	42	8.838.764
Terras Indígenas	28	4.157.189
Assentamentos	865	3.706.699
Territórios quilombolas	34	249.918
Total da área em ha:	***	16.952.570

Fonte: MMA, INCRA, FUNAI, Embrapa. Organização do autor.

O Tocantins é o maior produtor de soja da região norte do Brasil e, dentre os estados que compõem o MATOPIBA, é o único com 100% da sua área territorial dentro da região, representando 38% da área total, conforme pode ser visto na tabela a seguir:

Quadro 3: - % de municípios do MATOPIBA e a área territorial ocupada por cada estado na região:

Estado	Nº de Municípios	Municípios (%)	Representação na área territorial total do MATOPIBA (%)
Maranhão	135	62 %	33 %
Tocantins	139	100 %	38 %
Piauí	33	14 %	11 %
Bahia	30	7 %	18 %

Fonte: Embrapa. Organização do autor.

O MATOPIBA nada mais foi que um conjunto de políticas públicas elaboradas pelo Estado brasileiro em favor do agronegócio, voltadas ao desenvolvimento de atividades agrícolas e pecuárias, as quais nada

influenciaram na melhoria da qualidade de vida da população local, pelo contrário, aumentou a concentração de renda e terra, bem como a violência e número de conflitos no campo.

Ele é, como nós acreditamos e acredita Porto-Gonçalves (2015; 2017), um exemplo clássico de que o campo parece só ter sentido e valor às políticas públicas, agrária e agrícola, quando voltadas a algum tipo de atividade ligada ao agronegócio. Essa é uma lógica instituída pelo modo de produção capitalista que, no Brasil, é sustentada pelos pactos entre a elites agrárias, Estado e empresas internacionais.

Verdade seja dita, elites agrárias e Estado são a mesma coisa, vide a bancada ruralista no congresso nacional, também conhecida como a “bancada do boi”. Como é ressaltado por Silva (2017, p. 446), “[...] os setores ruralistas passam a garantir espaços, por meio de processos eleitorais, no Parlamento Brasileiro e a atuar arduamente em prol dos seus interesses. ” A autora, que é indígena *Pankararu* e pesquisadora sobre a atuação de parlamentares em prol do agronegócio, ainda fala que:

A Bancada Ruralista (BR) constitui-se como amplo grupo político que atua na esfera parlamentar buscando intervenções determinantes para mudanças nos processos regulatórios e nas decisões do poder executivo e judiciário, no que se refere à proteção dos interesses do agronegócio e das formas de avanço do capital no campo, comandado pelas mãos dos latifundiários e do patronato rural. A bancada constitui-se com a presença de ruralistas em partidos políticos, que são eleitos parlamentares e passam a intervir sistematicamente em negociações e formação de alianças com objetivos de intervenções nos processos de votação no poder legislativo. (SILVA, 2017, p. 446)

Voltemos ao projeto MATOPIBA, cuja “madrinha” é uma parlamentar do Tocantins e representação atuante da bancada ruralista. Podemos dizer que esse “programa” estatal, embora não mais existente enquanto política de estado, mas sim como projeto contínuo da mundialização da agricultura, contribuiu e tem contribuído para a territorialização do agronegócio no estado do Tocantins, sobretudo no nordeste do estado, região onde vivem os índios Krahô.

Desse modo, podemos dizer que o Estado brasileiro tem favorecido, a partir da sua autonomia, poder e controle sobre o território nacional, os grandes grupos nacionais e internacionais do agronegócio, além dos latifundiários.

Em outras palavras, as políticas de incentivo ao agronegócio têm, mais do nunca, favorecido a territorialização do agronegócio sobre o cerrado tocantinense, a partir da vinda de grandes grupos econômicos privados e estrangeiros, diretamente ligados às multinacionais do setor da produção de *commodities*, sem pensar na qualidade de vida das pessoas, no meio ambiente e nos povos do cerrado.

Essa modernização e mundialização da agricultura faz parte do modelo neoliberal que tantos males tem trazido à sociedade. Em verdade, a atual conjuntura política sugere que nos próximos anos haverá uma abrupta guinada à direita do governo federal e do congresso nacional em favor do agronegócio e contra o meio ambiente, os movimentos sociais e as populações do campo.

4.2 – A modernização da agricultura no nordeste do Tocantins

O processo de modernização da agricultura já está presente no nordeste do Tocantins. A soja é uma das principais atividades agrícolas desenvolvidas na região. A atividade econômica da sojicultura carrega uma complexidade de novas tecnologias, provocando impactos e transformações das relações tradicionais. Para Santos (2017; 2019) o debate sobre estas transformações e impactos territoriais compreendem as discussões teórico-metodológicas a respeito das mudanças das relações de capital-trabalho e de produção.

Santos (2019) fala que: com a criação do estado do Tocantins, pela constituição de 1988, o espaço agrário da região sofre profundas transformações, principalmente do ponto de vista de políticas públicas, dirigida ao setor do agronegócio, como resultado de grandes empréstimos nacionais (BNDES) e internacionais de origem Nipo/Americanos.

Ressalta-se a relação do primeiro e então governador do Tocantins com o Japão foi mais visível. É tão tanto que, segundo Santos (2019) ao citar Lira (2003), Siqueira Campos em uma das suas primeiras viagens ao Japão trouxe consigo um navio cheio de máquinas, das quais a maioria absoluta era tratores agrícolas.

No Tocantins, o processo de modernização no setor agrícola começa com o Projeto Rio Formoso no município de Formoso do Araguaia – TO, que se desdobra na década de oitenta nas terras do município de Lagoa da Confusão especificamente na Bacia do Rio Urubu, nessas duas áreas a cultura de arroz possui um maior destaque, talvez pela abundância de água. São terras de várzeas da bacia do Araguaia.

Santos (2017; 2019) identifica basicamente três frentes de modernização da agricultura no Tocantins, a partir do sistema de investimentos públicos e privados destinado a expansão de áreas agrícolas no cerrado. A primeira pode ser convenionada de frente de investimentos espontâneo que compreende a região de Formoso, Lagoa da Confusão na Bacia do Araguaia e as áreas de desdobramento do Projeto Mimoso – BA que compreende a região centro/sudeste do Tocantins. Estas são áreas onde o modo de produção capitalista na agricultura está se estruturando de forma espontânea.

A segunda, ainda de acordo com Santos (2017; 2019), a Região do PRODECER III, é considerada como frentes de investimentos dirigidos, isto é, são áreas determinadas, por políticas públicas, oferecendo uma série de incentivos e concessões por parte dos governos federais, estaduais e municipais, e tem como principal objetivo de promover políticas de desenvolvimento regional baseado na criação de novos projetos agropecuários, novas demandas de consumo e circulação de novas mercadorias.

O PRODECER III iniciado em 1996, numa área de 40 mil hectares instalado no município de Pedro Afonso – TO, segundo Santos (2019) é a continuação da frente de expansão da agricultura moderna no cerrado, iniciada pelos governos militares no cerrado mineiro, capitalizada pelo JICA, uma empresa de capital nipo/brasileiro. É um modelo de desenvolvimento regional que parte de uma lógica de inserção da produção agrícola regional ao sistema

de *commodities* internacionais e coloca a economia do Tocantins sob os ditames da economia global.

Com a implantação deste projeto, as terras do município de Pedro Afonso vão aparecer nas políticas de planejamento e desenvolvimento como área de avanço tecnológico na agricultura, isto significa dizer que as áreas destinadas à monocultura da soja, ou seja, áreas especificamente “preparadas” para investimento de capitais internacionais e nacionais com o objetivo de alavancar o processo de desenvolvimento regional.

Entretanto, o modelo de desenvolvimento implantado pelas políticas públicas de investimentos juntamente com o capital interno e externo, implica em outras condicionalidades territoriais. Dentre as quais, podemos citar a de territorializar “novas” relações de produção globais e desterritorializar “velhas” relações de produção local desencadeando impactos territoriais na região.

Todavia, de acordo com Mendel (1985), as “velhas” relações coexistem com “novas”, pois [...]. Até agora, ao longo de toda a história do capitalismo, processos de acumulação primitiva de capital têm constantemente coexistido junto à forma predominante de acumulação de capital, através da criação de valor no processo de produção. [...] (MENDEL, 1985, p. 30)

A terceira frente de modernização da agricultura no Tocantins caracteriza-se pela iniciativa por parte dos empresários baseada na grande lavoura de soja com sua logística territorial que vem se estabelecendo no estado, como resultado do avanço da fronteira agrícola no município baiano do Mimoso atual Eduardo Magalhães e nos municípios de Santa Rosa, Natividade, Silvanópolis e Mateiros, no sudeste do Jalapão – TO. O Projeto Manuel Alves na Região de Dianópolis – TO também é resultado desse mesmo modelo de política agrícola para o Tocantins, conduzido pelo Ministério da Integração Nacional.

As áreas do PRODECER III no município de Pedro Afonso se constituem como um modelo de modernização da agricultura e vai estabelecendo rapidamente nos municípios vizinhos. O município de Campos Lindos na divisa com o Maranhão é um exemplo, de como foi estabelecida uma grande área de plantio de soja destinada a colonos sulista, “classificados” pelo regime de aptidão. Observa-se que nessa área de investimento dirigido são direcionados

financiamentos públicos federais (PRODECER III) e estaduais como é o caso das áreas de plantação de soja em Campos Lindos - TO.

As relações entre os setores agrícola e industrial propiciam o desenvolvimento de muitos ramos industriais, notadamente aqueles que fornecem os insumos e bens de capital para a agricultura, assim como das indústrias que processam os produtos agropecuários (as agroindústrias). Cria-se uma economia urbana com fortes correlações com o agronegócio, a cidade social perde espaço para a cidade econômica como afirma o geógrafo Milton Santos.

A economia do agronegócio pode e tem condicionado o processo de produção desigual do espaço urbano em áreas de fronteira agrícola mecanizada. Há, com isso, a formação de bolsões de pobreza e principalmente concentração de renda fundiária. Exemplo do que estamos falando é a segregação sócioespacial na cidade de Campos Lindos – TO, sede de um dos municípios que mais produzem soja do estado do Tocantins, que é explícita na paisagem urbana, como podemos a partir da **Foto 1**, **Foto 2**, **Foto 3** e **Foto 4**.

Foto 1: Casa de lona e palha



Fonte: Santos (2017)

Foto 2: Casas de barro e palha



Fonte: Santos (2017)

Foto 3: Casas de barro e palha



Fonte: Santos (2017)

Foto 4: Casa de barro e palha



Fonte: Santos (2017)

4.3 – A fronteira do agronegócio e a *degradação do outro*¹²

Para entendermos a situação da expansão da fronteira do agronegócio no nordeste do Tocantins, é fundamental que saibamos o que é *fronteira* em termos conceituais e teóricos, e encontramos em Martins (2016) a melhor definição. A definição de fronteira usada pelo autor de modo algum se reduz e resume à fronteira geográfica¹³, ele fala em: “fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. É, sobretudo, *fronteira do humano*. ” (MARTINS, 2016, p. 11).

¹² Expressão de José de Souza Martins (2016).

¹³ Na geografia, principalmente nas suas correntes tradicionais e positivistas, é recorrente a associação do termo fronteira ao de limite político-territorial. Todavia, o conceito de fronteira sofreu renovação conceitual, assim como qualquer outro dentro da geografia, principalmente a partir das abordagens da geografia crítica.

Nesse sentido, o autor diz que “[...] a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, “porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o *domina, subjuga e explora.*” (p. 11, grifo do autor). Desse modo, ele alerta para o fato de que é essencial entendermos a fronteira, antes de tudo, enquanto *fronteira do humano.*

Se entendermos que a fronteira tem dois lados e não um lado só, o suposto lado da civilização; se entendermos que ela tem o lado de cá e o lado de lá, fica mais fácil e mais abrangente estudar a fronteira como concepção de fronteira do humano. Nesse sentido, diversamente do que ocorre com a frente pioneira, (na frente de expansão) sua dimensão econômica é secundária (MARTINS, 2016, p. 163).

O que há de mais relevante para caracterizar e definir a fronteira no campo brasileiro é, justamente, a situação de conflito social. À primeira vista, a fronteira é um lugar do encontro dos que, por diferentes razões, são diferentes entre si, como os índios de um lado e os ditos civilizados do outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado e os camponeses pobres, de outro.

Assim sendo, para Martins (2016, p. 134) “a fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política. [...]”. Fundamentados nisso, acreditamos que se não acontecer uma revolução das classes mais afortunadas da sociedade, a fronteira sempre existirá, e os povos indígenas, camponeses, quilombolas, etc. estarão submetidos à dominação, subjugação e exploração.

De modo geral, Martins (2016), ao dar sua definição mais geográfica sobre fronteira, baseando-se nas concepções de espaço e homem, acredita que ela é, na verdade, ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos. É essencial entender a fronteira mais do que o confronto entre grupos sociais com interesses conflitivos, mas como algo que agrega também o conflito entre historicidades desencontradas.

A diversidade histórica da fronteira no Brasil, segundo Martins (2016), pode ser entendida com base na frente de expansão e na frente pioneira, que segundo o autor, são noções deferentes. Para ele, a frente pioneira se define

economicamente pela presença do capital na produção, e a frente de expansão, como uma concepção que percebe a ocupação do espaço sem a mediação do capital, tomando como referência primeira o indígena e significando a situação de contato.

Ambas representam momentos históricos distintos e combinados de diferentes modalidades da expansão territorial do capital, pois são “[...] expressões de um mesmo processo.” (MARTINS, 2016, p. 159). De modo geral, Ribeiro (2015; 2017), Prado Jr (1998), Furtado (2017) e Simonsen (1978) definem essas frentes¹⁴ como o deslocamento da população civilizada e das atividades econômicas o território nacional. A frente de expansão e a frente pioneira estão instituídas dentro da teoria da fronteira, proposta por Martins (2016), sobre a qual ele fala que:

A teoria da fronteira é [...] basicamente um desdobramento da teoria da expansão territorial do capital. Novos terrenos são ocupados de modo capitalista quando é possível extrair deles a renda capitalista da terra, ao menos a renda absoluta, isto é, quando é possível embutir nos preços dos produtos nela cultivados, além da renda territorial, a taxa média de lucro do capital. [...] (MARTINS, 2016, p. 157)

É justamente baseando-nos nesse entendimento de que a *teoria da fronteira é basicamente um desdobramento da teoria da expansão territorial do capital* que a usamos para tentar entender e explicar a realidade em que se encontra o nordeste do estado do Tocantins, onde a territorialização do agronegócio é fato cada vez mais imperativo sobre a vida e Território do povo indígena Krahô.

A expansão da fronteira agrícola na região, que é baseada na produção de commodities para o mercado internacional – na produção de soja e, em menor grau, na produção de eucalipto (como poder ser observada nas **Fotos 5, 6, 8 e 9**), tem causado a *degradação do outro*. Nesse contexto, o povo indígena Krahô é esse *outro*, mas não só eles, existem também camponeses e quilombolas.

¹⁴ Podemos citar as frentes agrícola e pastoril, sobre as quais discutimos no segundo capítulo.

Foto 5: Eucalipto em Goiatins



Fonte: Santos (2017)

Foto 6: Eucalipto em Goiatins



Fonte: Santos (2017)

Foto 7: Plantio de soja em Goiatins



Fonte: Santos (2017)

Foto 8: Soja plantada em Campos Lindos



Fonte: Santos (2017)

Essa situação de fronteira é lugar social de alteridade, confronto e conflito. Não devemos entendê-la simplesmente como lugar onde se opõem sociedades e grupos sociais, como o agronegócio de cá e os índios krahô de lá. O que se opõe de maneira mais concreta são as relações econômicas, políticas e sociais projetadas no espaço que dão sentido aos territórios. Desse modo, podemos dizer que o que difere o lado de cá do lado de lá são as relações com o território.

4.4 – A relação dos índios Krahô com o seu território

No final do primeiro capítulo, de forma breve buscamos diferenciar o que seria o território para o modo de produção capitalista e o território para os povos indígenas. Feito esse debate, agora retomemos a questão da essencialidade do território para os povos indígenas baseando-nos na relação dos índios Krahô com o seu território.

Cada sociedade “experimenta o mundo e o dota de significados” de maneiras diferentes, conforme sua cultura e modos de vida. Isso indica que há variadas formas de territorialidade. Nesse sentido as sociedades indígenas se diferenciam, e muito, das não-indígenas, e em certo modo entre si¹⁵. A exemplo temos os Krahô, que possuem uma maneira particular de relacionar-se com o território e a ele atribuir significados, devido à íntima relação com a natureza.

É essencial compreender a territorialidade não apenas como uma via para delimitar e criar fronteiras, ou para manter a ordem, mas como uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico, através da qual o homem, enquanto ente social e cultural, experimenta o espaço e o dota de significados. (HAESBAERT, 2016, p. 3)

Para o povo Krahô, o território compreende a própria natureza dos seres naturais e sobrenaturais, onde o rio não é simplesmente o rio, mas inclui todos

¹⁵ Melatti (1987, p.31), alinhado a esse pensamento, diz que: “[...] a categoria índio abrange populações muito diferentes entre si, seja do ponto de vista físico, seja do ponto de vista linguístico, seja do ponto de vista dos costumes. [...]”

os seres, espíritos e deuses que nele habitam. No território, uma montanha não é somente uma montanha, a floresta não é somente uma floresta, elas têm significado e importância cosmológica sagrada.

Território indígena é, portanto, 'um espaço da sobrevivência e reprodução de um povo, onde se realiza a cultura, onde se criou o mundo, onde descansam os antepassados. Além de ser um local onde os índios se apropriam dos recursos naturais e garantem sua subsistência física é, sobretudo, um espaço simbólico em que as pessoas travam relações entre si e com seus deuses. [...] (OLIVEIRA, 1997. p. 160).

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão basicamente política, diz respeito também às reações econômicas e culturais, pois, está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar. Então, a ligação entre o povo e a natureza, o espaço apropriado e, por consequência, territorializado é de extrema proximidade, devido a familiaridade e dependência. Há uma particularidade que caracteriza as terras como um bem comum da coletividade. Nesse sentido, Lira (2005, p.4) fala que;

[...]o território indígena não é formado apenas por manifestação de relações de poder emanado pelo estado sobre um dado espaço, como se apresenta o território capitalista. O território indígena foge dessa concepção, pois ele está representado fortemente no sistema simbólico, mantido ao longo da história de um povo e seu habitat. [...] (LIRA, 2005, p. 4)

O território, desse modo, é condição para a vida dos Mehĩ, não somente no sentido de um bem material ou fator de produção, mas como o ambiente em que se desenvolvem todas as formas de vida. Desse modo, o território Krahô é o conjunto de seres, espíritos, bens, valores, conhecimentos, tradições que garantem a possibilidade e o sentido da vida individual e coletiva.

Para os povos indígenas brasileiros de modo geral, esse o território enquanto ente material e simbólico, social historicamente apropriado, é concedente do direito à demarcação das terras das indígenas. Isto é, a demarcação só ocorre mediante prova de que há laços históricos, culturais e identitários entre o povo e determinada porção do espaço.

[...] O reconhecimento do seu 'direito ao território, efetivado pelo Estado (no caso o brasileiro, através da Constituição de 1988), leva muitos grupos a se 'redescobrirem', ou melhor, a reconstruírem sua identidade a partir da sua relação com um território delimitado e juridicamente legitimado. É quase como se a definição territorial significasse, em muitos casos, a própria construção identitária, tamanha a relação, indissociável, que podem desdobrar uma outra coisa. [...] (HAESBAERT, 2014, p.63)

Nesse sentido, o direito à demarcação das terras indígenas é fundamental aos povos originários. Ele, dentre todos os direitos assegurados pela Constituição de 1988 ao indígena, é entendido como o mais importante, aquele implica diretamente nos outros. Podemos dizer que não há reprodução biológica e cultural sem uma base material. Em seu artigo 231, a Constituição Federal refere-se ao direito ao território.

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. (BRASIL, CF, 1988, art. 231)

Com efeito, a cultura é algo intrínseco às questões territoriais. E, o que diferencia os povos indígenas das demais sociedades, sobretudo das urbano-industriais, é justamente os aspectos culturais. Ela está relacionada aos hábitos, às técnicas de apropriação do espaço geográfico e dos recursos naturais e aos saberes tradicionais de uma determinada coletividade. Nesse sentido, a cultura do povo Krahô é entendida como mantenedora do *status quo* da natureza, visto que suas práticas de sobrevivência e reprodução dependem profundamente da natureza. Portanto, “a conservação dos recursos significa sua própria sobrevivência e reprodução econômica e social, a terra em que nasceram e

morreram seus antepassados e em que nascem seus filhos. [...]” (DIEGUES, 2001, p.72.)

Mesmo diante dos mecanismos legais que garantem aos povos indígenas o direito à demarcação de suas terras tradicionalmente ocupadas, bem como sua posse permanente e o usufruto dos recursos naturais nelas existentes, as populações indígenas têm lutado e resistido frente a uma série de conflitos.

É importante frisar que o direito à demarcação das terras indígenas se contrapõe aos grandes projetos hegemônicos que sustentam a “soberania” econômica do país, a exemplo as construções das Barragens Hidroelétricas e de outros empreendimentos, bem como a expansão da fronteira agrícola e pastoril. Tudo isso pode revelar as contradições sócio-espaciais do campo brasileiro.

4.5 – O Território *cercado* e *confinado* pelo agronegócio

O Território Indígena Krahô foi demarcado em 1944 e possui cerca de 320.000 hectares de terra e está localizado ao nordeste do Estado do Tocantins, entre os municípios de Itacajá e Goiatins, com aproximadamente 29 aldeias distribuídas no seu interior, possuindo população geral de aproximadamente 3.289 pessoas. A expressão território *cercado* e *confinado* pelo agronegócio surge a partir das constatações dos resultados da nossa pesquisa, que indica o avanço cada vez maior do agronegócio em direção da Reserva Indígena Krahô. E infelizmente esse avanço é observado de norte a sul e de leste a oeste da Reserva que é, desse modo, um território cercado pelo agronegócio.

Assim sendo, hoje o Território Indígena Krahô, no nordeste do estado Tocantins, está cercado por alguns dos municípios que mais produzem soja no estado, conforme podem ser observados no mapa a seguir, são eles: Pedro Afonso e Santa Maria do Tocantins, mais ao sul da reserva; Campos Lindos, ao norte; Recursolândia e Centenário, a leste; e, Goiatins e Itacajá, que “dividem” a área territorial da Krahôlândia. Dentre esses municípios, destaca-se alguns pela

grande área destinada ao plantio de soja. Para sermos mais objetivos quanto às evidências do real, optamos pela exposição de apenas os dados da safra de 2017.

Segundo a CONAB, na safra de 2017, em Campos Lindos plantou-se soja em 40.000 hectares, cuja colheita atingiu a marca de 128.790 toneladas da *commodities*. Na mesma safra, ainda de acordo com os dados da Companhia, juntos, em Goiatins e Itacajá, municípios entre os quais está localizada a Reserva Indígena Krahô, foi plantado soja em 23.880 hectares, correspondendo a 74.379 toneladas colhidas. Na mesma safra, enquanto nos municípios de Pedro Afonso e Santa Maria do Tocantins, plantou-se soja em 21.100 hectares, tendo uma colheita de 51.862 toneladas. Ainda na safra 2017, Centenário e Recursolândia representaram poucos hectares plantados e, por isso, poucas toneladas colhidas, mas são municípios que também produzem soja.

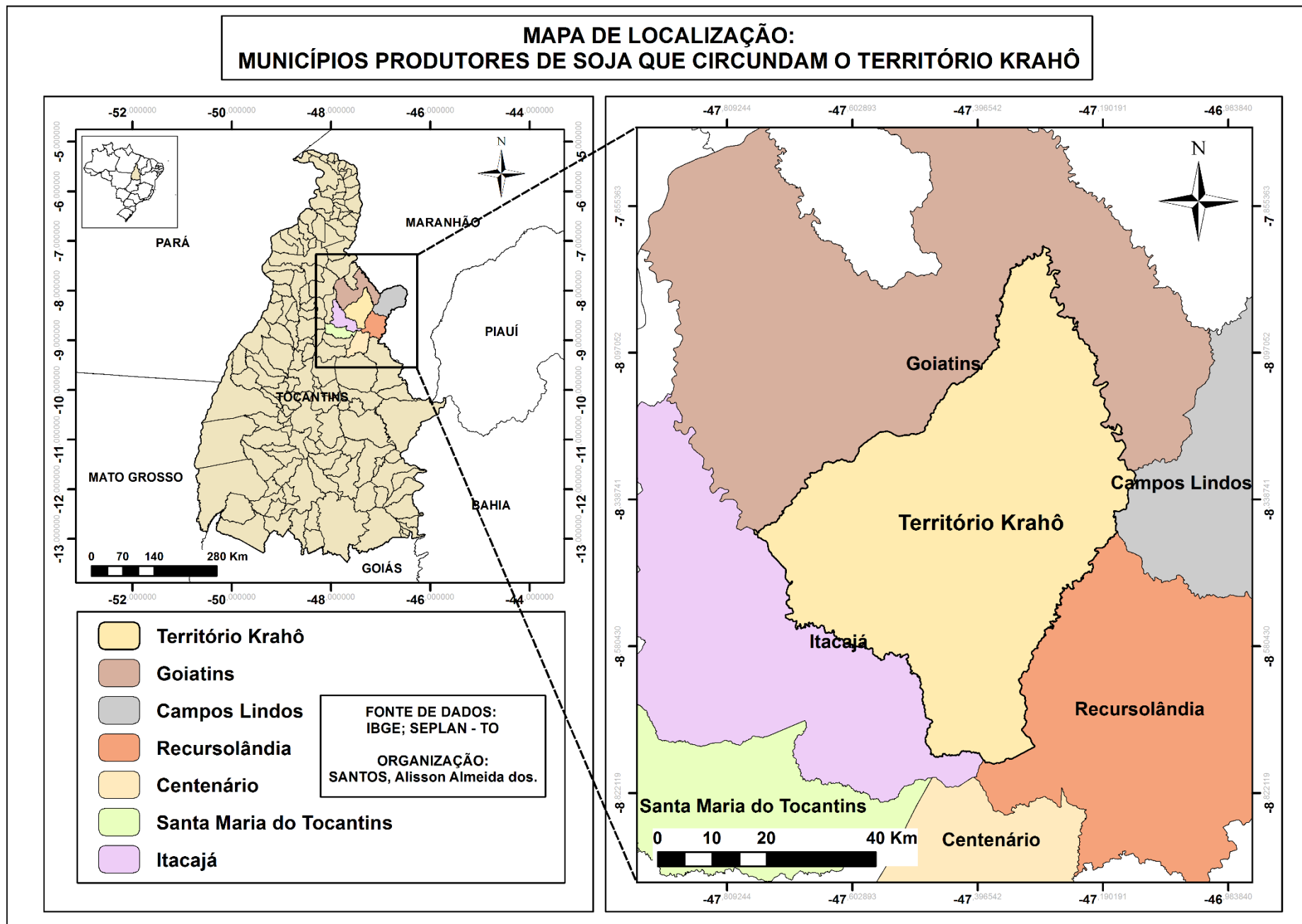
Esses números atestam a real territorialização do agronegócio no nordeste do Tocantins, o qual já se faz presente não só próximo da Reserva Indígena Krahô, como também ao lado. Há lugares onde o que divide plantação e reserva é apenas o Rio Manoel Alves Pequeno e algumas centenas de metros. A situação é tão preocupante que, em uma das nossas visitas à Aldeia Manoel Alves Pequeno, de lá foi possível enxergar a olho nu a plantação de soja do outro lado do rio.

Há uma viabilização por parte do governo estadual quanto à infraestrutura para escoamento da safra produzida na região. Em verdade, atualmente a rodovia estadual “TO 432”, passa por obras para a pavimentação asfáltica, fato que foi notado durante os trabalhos de campo feitos ao redor da Reserva Indígena.

Segundo o cacique da Aldeia Manoel Alves Pequeno, Roberto Cahxê Krahô, há relatos de muitos indígenas sobre um provável descolamento dos tornos¹⁶ que delimitam o fim da reserva. Esse deslocamento, segundo esses relatos, está sendo para dentro da reserva, e assim diminuindo sua área. Isso demonstra a ausência, talvez proposital, do estado e dos órgãos responsáveis pelas políticas públicas direcionada aos Krahô.

¹⁶ Objeto usado normalmente para “marcar” a divisão e limites de propriedades.

Mapa 2 – Localização – Municípios produtores de soja que circundam o Território Krahô



O cercamento territorial tem causado impactos à geoeecologia do cerrado na região onde vivem os indígenas, e acarretando, segundo relatos dos indígenas, a diminuição ou até mesmo o desaparecimento de algumas espécies de animais, tais como: Po (veado mateiro), Krokrocti (papa-mel), Tôn (tatu canastra), Ropti (onça), entre outros. Conseqüentemente, isso tem gerado a escassez de caça.

Nosso território vem sofrendo muito, nos últimos anos com a devastação, principalmente por causa das queimadas e da implantação de agricultura de soja e da pecuária, esse fato tem trazido graves problemas para a sobrevivência da flora e da fauna de nossa reserva. (Simone Crowcy Krahô, apud Albuquerque, 2014, p. 100)

Os índios Krahô entendem a importância da diversidade ecológica do cerrado para a sua reprodução física e cultural e, por isso, têm tido consciência dos problemas acarretados a partir do avanço do agronegócio ao redor da sua reserva. Ou seja, eles compreendem que o agronegócio representa a destruição da fauna e flora do cerrado, as quais são essenciais à sua sobrevivência.

[...] o não indígena faz muito desmatamento, derrubam as madeiras, acaba com a mata toda, com a máquina e motosserra. Assim, a mata não nasce novamente e os lagos e rios que existem naquele lugar secam e os peixes morrem. Eles fazem plantações muito grandes de soja [...] jogam veneno nas matas e as matas não nascem de volta e o meio ambiente fica prejudicado. (Edinaldo Pirca Krahô, apud Albuquerque, 2014, p. 83)

Esse cercamento do Território Indígena Krahô, infelizmente, faz parte da realidade do campo brasileiro, onde o avanço do agronegócio sobre territórios indígenas é notadamente um problema. Recorrendo aos Relatórios do CIMI¹⁷ (Conselho Indigenista Missionário) sobre a *Violência contra os Povos Indígenas no Brasil*, referentes a 2013 a 2017¹⁸, é possível dimensionar os impactos

¹⁷ Criado em 1972, no auge da Ditadura Militar, o CIMI é um organismo vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que, em sua atuação missionária, conferiu um novo sentido ao trabalho da igreja católica junto aos povos indígenas.

¹⁸ A partir de 2003, o relatório *Violência contra os Povos Indígenas no Brasil* passou a ser publicado anualmente e sempre disponível em formato digital. Para fins de pesquisa, optamos pela leitura e análise somente dos relatórios de 2013 a 2017. Todas as edições do relatório podem ser acessadas em: < <https://cimi.org.br/observatorio-da-violencia/edicoes-anteriores/> >.

decorrentes do agronegócio às populações indígenas do Brasil. Em tais documentos, o *avanço da frente econômica do agronegócio, a violência e desmatamento causados pela monocultura da soja* são algumas das situações de risco mais citadas.

Por outro lado, a expressão território *confinado* aparece porque, felizmente, a população indígena Krahô cresceu e tem crescido, mas a área da Reserva continua do mesmo tamanho de quando foi demarcada, em 1944, fazendo com que a densidade demográfica aumente. Nas sociedades indígenas de modo geral, quando menor a densidade demográfica, maior será a disponibilidade de alimentos como, por exemplo, a caça e pesca, bem como terras agricultáveis.

Para os Krahô isso não é diferente, a extensão da Kraolândia é fundamentalmente importante para a constituição e reprodução do povo, porque quanto maior a extensão das terras indígenas, mais alimentos, caça e terras cultiváveis o povo terá ao seu dispor, assim, sendo assegurado as condições básicas para sobrevivência e reprodução.

De acordo com Melatti (2009, p. 32), no início do século XIX, quando passaram a viver de modo pacífico com os não-indígenas, os Krahô tinham uma população de cerca de 3.000 indígenas, possuindo 2 aldeias. Vejamos a evolução populacional dos indígenas Krahô no quadro a seguir:

Quadro 4: - Evolução da população do povo Krahô (1813 – 2016)

ANO	Nº DE ALDEIA	POPULAÇÃO	LEVANTAMENTO
1813	2	3.000	MELATTI
1852	2	620	TAGGIA
1909	2	300 Aprox.	AZEL COOK
1930	3	400	NIMUENDAJÚ
1962	5	519	MELATTI
1991	9	1.300	SEDUC-TO/UFG-GO
2003	16	2.000 Aprox.	MELATTI
2010	Não há informações	2.463	FUNASA

2016	29	3.289 Aprox.	DSEI – TO
------	----	--------------	-----------

Fonte: Lira (2015), Melatti (2009) e DSEI-TO (2016). Organização feita pelo autor com base no quadro elaborado por Lira (2005, p. 266).

Em pouco mais 35 anos, a população observada no 1813 foi drasticamente reduzida, chegando a 620 pessoas em 1852. (idem). No início do século XX, essa redução continuou, e chegou a aproximadamente 300 pessoas. Em 1930, Nimuendaju calculou seu número em 400 indivíduos. Melatti (idem) fala que se a estimativa de Nimuendaju correspondesse à realidade, os Krahô estariam aumentando sua população a partir de 1930.

Não encontramos informações precisas em Lira (2005) e Mellati (2009), nossas principais fontes acerca dos índios Krahô, sobre as causas dessa súbita redução populacional de 1813 até as primeiras décadas do século XX, mas ela se deu certamente pelos conflitos causados pelo contato com a sociedade não-indígena.

Em 1962, quando foi feito, por Melatti (2009), o primeiro levantamento populacional após a demarcação da Reserva Indígena Krahôlândia, os Krahô tinham uma população de 519 pessoas, divididas em 5 aldeias, conforme pode ser visto no quadro 01, com densidade demográfica de 616,57 hab/km².

40 anos depois, em 2003, o levantamento feito pela EMPRAPA e citado por Lira (2015, p. 266), indica que a população cresceu cerca de 400%, saindo de 519 para aproximadamente 2.000 pessoas. Desse modo, no início desse século a reserva tinha uma densidade demográfica de 160 hab/km².

Em 2016, o último levantamento de que se tem registro, feito pelo DSEI – TO, sugere um crescimento populacional dentro da reserva de aproximadamente 40%, atingindo o número de cerca de 3.289 pessoas, distribuídas em 28 aldeias. Com base nesse total, a reserva tem densidade demográfica de 92,29 hab/km².

O que queremos mostrar com esses números, além da evolução populacional do povo Krahô ao longo do tempo, é que a população indígena dentro da reserva tem aumentado de maneira significativa, que é algo bastante positivo. Todavia, conseqüentemente a densidade demográfica também

aumentou. Desse modo, os recursos naturais (caça, peixe, terras agricultáveis, etc.) disponíveis dentro da reserva tendem a ficar cada vez mais insuficientes e escassos.

Vale lembrar que, no Brasil, a demarcação das terras indígenas é um direito dos povos originários que está resguardado na constituição de 1988. Direito este que, se cumprido, é fundamental importância para a reprodução biológica e social dessas populações. Mesmo assim, o avanço do agronegócio sobre as áreas indígenas legalmente demarcadas é o que se tem de realidade do campo Brasileiro. Há um cercamento, como também há um confinamento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na pesquisa realizada, a partir dos estudos teóricos, das discussões e dos trabalhos de campo, podemos dizer que desde o século XIX o sul do Maranhão e o nordeste do Estado do Tocantins têm sido palco de tensões entre os índios Krahô e a sociedade não-indígena. Dentro dessa trama conflituosa, o que sempre esteve em disputa foi o território. Ainda na primeira metade do século XIX, por causa expansão das frentes pastoril e agrícola, os Krahô tiveram que se deslocar do estado do Maranhão para o Tocantins, na região de Pedro Afonso (TO) e, mais tarde, mais ao nordeste do estado, entre os municípios de Goiatins e Itacajá.

Para entender essa realidade, não há outra categoria dentro da ciência geográfica capaz de nos dá os subsídios teóricos e práticos que não seja a de território, que é, antes de tudo, um espaço delimitado por fronteiras físicas ou simbólicas, no qual indivíduos se relacionaram (e se relacionam) uns com os outros, exercendo poder, dominação e apropriação (política, cultural ou econômica).

Levando isso em consideração, podemos dizer que o território é um recurso, e, enquanto que para o sistema capitalista ele é fonte de acumulação (por espoliação), para os povos indígenas ele é muito mais do que um simples meio de subsistência, pois além de garantir sua reprodução biológica, faz com que as características culturas se mantenham.

Após quase dois séculos desde que o povo Krahô foi “encontrado” pelos civilizados e após migrarem compulsoriamente do Maranhão para o Tocantins (e depois dentro do último) devido a sucessivos casos de sujeição, violência e assassinatos, hoje os Krahô sofrem com a expansão do agronegócio na região onde vivem. Seu território, cuja demarcação data de 1944, hoje está *cercado* e *confinado* pelo agronegócio

A expressão território *cercado* e *confinado* surge a partir das constatações dos resultados da nossa pesquisa, que indicam o avanço cada vez maior do

agronegócio em direção da Reserva Indígena Krahô. E infelizmente esse avanço é observado de norte a sul e de leste a oeste da Reserva que é, desse modo, um território cercado pelo agronegócio.

Podemos dizer, que as políticas públicas de incentivo ao agronegócio, como o PRODECER III e o MATOPIBA, favoreceram a territorialização do agronegócio sobre o cerrado tocantinense, a partir da vinda de grandes grupos econômicos privados e estrangeiros, diretamente ligados às multinacionais do setor da produção de *commodities*, sem pensar na qualidade de vida das pessoas, no meio ambiente e nos povos do cerrado. Isso nos deixa evidente que o campo parece só ter sentido e valor às políticas públicas, agrária e agrícola, quando voltadas a algum tipo de atividade ligada ao agronegócio.

Essa situação de fronteira do agronegócio torna-se um lugar social de alteridade, confronto e conflito. Não devemos entendê-la simplesmente como lugar onde se opõem sociedades e grupos sociais, como o agronegócio de cá e os índios Krahô de lá. O que se opõe de maneira mais concreta são as relações econômicas, políticas e sociais projetadas no espaço que dão sentido aos territórios. Desse modo, podemos dizer que o que difere o lado de cá do lado de lá são as relações com o território.

Constatamos, portanto, que o Território Indígena Krahô, no nordeste do estado Tocantins, está cercado por alguns dos municípios que mais produzem soja no estado, são eles: Pedro Afonso e Santa Maria do Tocantins, mais ao sul da reserva; Campos Lindos, ao norte; Recursolândia e Centenário, a leste; e, Goiatins e Itacajá, que “dividem” a área territorial da Krahôlândia.

A demarcação das terras indígenas é um direito dos povos originários que está resguardado na constituição de 1988. Direito este que, se cumprido, é fundamental importância para a reprodução biológica e social dessas populações. Mesmo assim, o avanço do agronegócio sobre as áreas indígenas legalmente demarcadas é o que se tem de realidade do campo Brasileiro. Há um cercamento, como também há um confinamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Francisco Edviges (Org.) **Geografia Krahô**. Campinas/SP: Pontes Editores, 2014, 108 p.

_____, Francisco Edviges (Org.). **História Krahô**. Campinas/SP: Pontes Editores, 2014, 232p.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. 2.ed. – São Paulo - Editora Hucitec, 2004.

BISPO, Mariléia Oliveira. O cerrado tocantinense: o agronegócio, o PRODOEST e a implementação do MATOPIBA. In: SANTOS, Roberto de Souza; LIRA, Elizeu Ribeiro. (Org.) **Fronteira, território e cidades no cerrado: discussões e reflexões sócio-territoriais**. – Goiânia: / Kelps, 2017, 258 p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRITO, Flávia Lorena; PERIPOLLI, Odimar João. Origem e desenvolvimento do Capitalismo no campo: uma discussão para além dos números. In: **Revista NERA**. Presidente Prudente, Ano 20, nº.40, pp. 39-60, Set-Dez/2017. Disponível em < <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4490> >.

Conselho Indigenista Missionário (CIMI). **RELATÓRIO Violência contra os Povos Indígenas no Brasil** – Dados de 2013.

_____. **RELATÓRIO: Violência contra os Povos Indígenas no Brasil** – Dados de 2014.

_____. **RELATÓRIO: Violência contra os Povos Indígenas no Brasil** – Dados de 2015.

_____. **RELATÓRIO: Violência contra os Povos Indígenas no Brasil** – Dados de 2016.

_____. **RELATÓRIO: Violência contra os Povos Indígenas no Brasil** – Dados de 2017.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Editora Ática, 1998. 6ª ed. Série Princípios.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. — 3.ª ed. — São Paulo : Hucitec – Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.

FARIAS, Cleilton Sampaio de. MANIPULAÇÃO DO TERRITÓRIO: o agronegócio e o campesinato na Amazônia. In: **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 5, n. 9, p. 51 – 70, fev., 2010. Disponível em < <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11929> >.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. – 1ª Edição. – São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2009.

FERNANDES, Dalvani. TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DE RAFFESTIN. In: **Revista Perspectivas em Políticas Públicas** | Belo Horizonte | Vol. II | Nº 4 | P. 59-68 | jul/dez 2009. Disponível em < <http://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/viewFile/954/674> >.

FUINI, Lucas Labigalini. Território, territorialização e territorialidade: o uso da música para a compreensão de conceitos geográficos. In: **Revista Terr@Plural**, Ponta Grossa, v.8, n.1, p.225-249, jan/jun. 2014.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. – 34ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Territórios alternativos**. São Paul: Contexto, 2002.

_____. **O mito da desterritorialização: dos “fins dos territórios” à multiterritorialidade**. 10ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016, 396 p.

_____. **Viver no limite: transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção**. 1.ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014, 320 p.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1989 (3. ed.).

_____. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

IANNI, O. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LIRA, Elizeu Ribeiro. **A Descontinuidade do território Krahô**. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia – 2004. 362 f.

_____. (Org.). **Geografia Agrária do Tocantins: campesinato, latifúndio e conflitos**. 1. ed. – Goiânia: Editora Kelps, 2018.

_____. A GEOGRAFIA, O TERRITÓRIO CAPITALISTA E O TERRITÓRIO INDÍGENA. In: anais do **III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária**: Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005.

_____. DEMARCAÇÃO DO TERRITÓRIO KRAHÔ E AS RELAÇÕES SOCIOCULTURAIS DA COMUNIDADE NO OUTRO “NOVO TERRITÓRIO”. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (et al). **Território em Conflito, Terra e Poder**. Goiânia – GO: kelps, 2014.

_____. O retirantismo dos índios Krahô, nos sertões de Pedro Afonso – TO: de volta ao território tradicional ou a procura de um lugar seguro. In: FILHO, Geraldo Silva; SANTOS, Roberto de Souza Santos (org.). **Ensaio de Geografia e História do Tocantins: para uma interpretação crítica**. 1ª ed. – Palmas: Nagô Editora, 2012.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da territorialidade**. Série Antropologia. Brasília, 2002.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo Tardio**. Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. Editora Nova Cultura, São Paulo,- 2ª ed. 1985.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para Plantar nesse verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político no campo.** 2ª ed. – Petrópolis – RJ: Vozes, 1988.

_____. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano.** 2ª ed., 3ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2016.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 20.ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

MELATTI, Júlio Cezar. **Índios e Criadores: A situação dos Craôs na Área Pastoril do Tocantins.** Brasília: edição do autor em pdf, 2009.

_____. **Índios do Brasil.** 5ª ed. – São Paulo: HUCITEC; (Brasília): Editora Universitária de Brasília, 1986.

_____. **Ritos de uma tribo Timbira,** Ensaios, 53, São Paulo: Editora Ática, 1978.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A fronteira Amazônica Mato-Grossense: grilagem, corrupção e violência.** São Paulo: landé Editorial, 2016.

_____. (org.) **Território em conflito, terra e poder.** – Goiânia: Editora Kelps, 2014.

_____. **A Mundialização da Agricultura Brasileira.** São Paulo: landé Editorial, 2016.

_____. **Modo capitalista de produção e agricultura.** São Paulo: Ática, 1987.

ORGANISTA, José Henrique Carvalho. **O debate sobre a centralidade do trabalho.** Editora Expressão Popular. 2006.

PLEIN, I.T.T. Território e territorialidade na perspectiva de Robert David Sack In: SAQUET, M. A.; SOUZA, E. B. C. de. (Orgs.) **Leituras do conceito de território e de processos espaciais** (pp.47-66), São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PORTO-GONÇALVES, CARLOS WALTER. Amazônia enquanto acumulação desigual de tempos: Uma contribuição para a ecologia política da região. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 107, setembro de 2015: 63-90. Disponível em: < <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rccs/n107/n107a05.pdf> >.

_____. **Amazônia, Amazônias**. 1ª Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Amazônia – Encruzilhada Civilizatória: tensões territoriais em curso**. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Consequências, 2017. v.1. 111p.

PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. – 45ª reimpr. – São Paulo: Brasiliense, 1998.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. – 1ª Edição. – São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2009.

_____. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. – 3ª ed. – São Paulo: Global, 2015.

_____. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. – 7ª ed. – São Paulo: Global, 2017.

RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. Memoria sobre as nações gentias que presentemente habitam o Continente do Maranhão: analyse de algumas tribus mais conhecidas: processo de suas hostilidades sobre os habitantes : causas que lhes tem difficultado a redução, e unico methodo que seriamente poderá reduzir-as. **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, tomo 3º., n. 10, p. 184-197; n. 11, p. 297-322; n. 12, p. 442-456. Rio de Janeiro. [reimpressa em 1860]

_____. 1848. Roteiro da viagem que fez o Capitão Francisco de Paula Ribeiro ás fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goyaz no anno de 1815 em serviço de S. M. Fidelissima. **Revista Trimensal de Historia e Geographia**

ou **Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, tomo X, 1º. Trimestre de 1848, p. 5-80. Rio de Janeiro. [segunda edição 1870]

_____. 1849. Descrição do territorio dos Pastos Bons, nos sertões do Maranhão; propriedades dos seus terrenos, suas produções, carater dos seus habitantes colonos, e estado actual dos seus estabelecimentos. **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, tomo XII, 1º. Trimestre de 1849, p. 41-86. Rio de Janeiro. [segunda edição 1872].

RODRIGUES, Artyon Dall'igna. **Línguas Brasileiras: para o conhecimento das Línguas Indígenas**. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

SANTOS, Alisson A.; SANTOS, Roberto de Souza. Território de conflito e resistência: os índios Krahô e a fronteira agropastoril no nordeste do estado do Tocantins. In: Elizeu Ribeiro Lira. (Org.). **Geografia Agraria do Tocantins: campesinato, latifúndio e conflitos**. 1. ed. – Goiânia: Editora Kelps, 2018.

SANTOS, Alisson Almeida dos. **Geografia Krahô: aspectos territoriais e educacionais dos Mehĩ da Aldeia Manoel Alves Pequeno**. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins. Araguaína - TO, p. 44. 2016.

_____. Língua e espaço geográfico: uma análise sobre a correlação entre língua e território Krahô. In: Anais do **V CIELLA - Congresso Internacional de Estudos Linguísticos e Literários na Amazônia**. – Belém; Anais - Ebook / Estudos Linguísticos, 2016. v. 2. p. 702-711.

SANTOS, Milton. et al. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. 5ª edição – São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 2006.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. – 4. ed. 8. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. - (Coleção Milton Santos; 1)

_____. **Metamorfose do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia.** São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. O dinheiro e o território. **Território, Territórios.** Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense/Associação dos Geógrafos Brasileiros. Niterói, 2002.

_____. O papel ativo da geografia: um manifesto. In: **ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS**, 12., 2000. Florianópolis. Anais... Florianópolis: 2000.

SANTOS, Milton.; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XII.** – 9 ed. – Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Roberto de Souza Santos. (Org.) **Território e diversidade territorial no cerrado: projetos regionais, cidades e conflitos socioespaciais.** (vol. II). – Goiânia; Editora Kelps, 2015.

_____. Desenvolvimento humano e regional na fronteira: o caso do município de Pedro Afonso – TO. In: SANTOS, Roberto de Souza; LIRA, Elizeu Ribeiro. (Org.) **Fronteira, território e cidades no cerrado: discussões e reflexões sócio-territoriais.** – Goiânia: / Kelps, 2017, 258 p.

_____. REGULAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SETOR AGRÍCOLA E TERRITÓRIO. In: **Boletim Paulista de Geografia.** n. 80 (2003).

_____. **Territorialização dos atores hegemônicos, desenvolvimento regional e local: uma análise sobre o Tocantins.** – 1ª edição; Goiânia – GO: Kelps, 2019.

_____; LIRA, Elizeu Ribeiro. (Org.) **Fronteira, território e cidades no cerrado: discussões e reflexões sócio-territoriais.** – Goiânia: / Kelps, 2017, 258 p.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo; Ed. Expressão Popular, 1ª Ed. 2007.

_____. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e territorialidades: teorias,**

processos e conflitos. – 1ª Edição. – São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2009.

SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. CONSERVADORISMO, BANCADA RURALISTA E INDÍGENAS. In: **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017.

_____. Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira. In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 133, p. 480-500, set./dez. 2018.

SIMONSEN, Roberto C. **História Econômica do Brasil (1500-1820)**. 8ª edição, - São Paulo, - Ed Nacional. 1978.

SOUZA, Marcelo Lopes de. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** – 1ª Edição. – São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2009.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de (org.) **Geografia: conceitos e temas.** – 2ª Ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2014.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônia** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, 172p. ISBN: 978-85-9966-291-5. Available from SciELO Books .

Sites:

<http://www.funai.gov.br/>

<http://www.icmbio.gov.br/cbc/>

<http://www.incra.gov.br/>

<http://www.museudoindio.gov.br/>

<http://www.uft.edu.br/lali/index.php>

<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017>

<https://cimi.org.br/o-cimi/>

<https://www.embrapa.br/gite/index.html>